

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA**  
**DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA**

**MARCUS VINÍCIUS GONÇALVES VALIAS**

**PODEM AS MULHERES CÉLTICAS SEREM E TEREM O ESPELHO DAS  
ROMANAS?**

**OURO PRETO**

**2021**

**MARCUS VINÍCIUS GONÇALVES VALIAS**

**PODEM AS MULHERES CÉLTICAS SEREM E TEREM O ESPELHO DAS  
ROMANAS?**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Museologia da Escola de Direito, Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Profª Dra. Marcia Maria Arcuri Suñer  
Co-orientadora: Profª Dra. Tais Pagoto Bélo  
Linha de Pesquisa: Arqueologia e Antropologia

**OURO PRETO**

**2021**

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

V172p Valias, Marcus Vinícius Gonçalves.

Podem as mulheres célticas serem e terem o espelho das romanas.  
[manuscrito] / Marcus Vinícius Gonçalves Valias. - 2022.  
97 f.: il.: color., mapa.

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Maria Arcuri Suñer.

Coorientadora: Profa. Dra. Tais Pagoto Bélo.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Museologia .

1. Civilização celta. 2. Roma (Itália) - História. 3. Mulheres. 4. Museologia. 5. Arqueologia feminista. I. Suñer, Marcia Maria Arcuri. II. Bélo, Tais Pagoto. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 069

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Marcus Vinícius Gonçalves Valias**

### **Podem as mulheres Célticas serem e terem o espelho das Romanas?**

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Aprovada em 05 de janeiro de 2022.

#### Membros da banca

Profª Dra. Marcia M. Arcuri Suñer - DEMUL/EDTM/UFOP - Orientador(a) (Universidade, Federal de Ouro Preto)

Profª Dra. Maria da Conceição Lopes - (Universidade de Coimbra)

Profª Dra. Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Marcia Maria Arcuri Suñer, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 20/01/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Arcuri Suner, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 27/03/2024, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0692743** e o código CRC **765347BF**.

## RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Podem as mulheres célticas serem e terem o espelho das romanas?” busca compreender a criação de narrativas históricas de autores masculinos romanos e gregos da Antiguidade sobre as mulheres célticas através das relações de identidade e alteridade com as mulheres romanas. Outrossim, indica o retorno a estes discursos a partir da gênese de disciplinas a exemplo da Arqueologia no século XIX por homens detentores do saber científico e como isso contribuiu para um processo de apagamento de mulheres como sujeitos históricos. A cultura material arqueológica foi uma outra tipologia de fonte informacional utilizada para a construção destes discursos, e encontrou nas instituições museais a garantia não somente de salvaguarda mas também de socialização através da reafirmação das mesmas narrativas sustentadas por uma agenda política. Esta situação se mostraria diferente, entretanto, a partir da segunda metade do século XX, período no qual movimentos intelectuais, acadêmicos e políticos – como grupos feministas – teceriam críticas a tais modelos históricos e científicos, e contribuiriam sobremaneira com desenvolvimentos epistemológicos e disciplinares, a exemplo da Arqueologia de Gênero, inserida no seio das vertentes Pós-Processuais.

**Palavras-chave:** Povos Célticos; História de Roma; Mulheres; Museologia; Arqueologia de Gênero.

## **ABSTRACT**

The monographic work entitled “Can celtic women be and have the mirror of the romans?” seeks to comprehend the creation of historical narratives from roman and greek male authors of Antiquity about celtic women through relations of identity and otherness with roman women. Furthermore, it indicates the return to these discourses from the genesis of disciplines like Archaeology in the nineteenth century by scientific knowledge detainer men, and how this contributed to an obliteration process of women as historical subjects. Archaeological material culture was another type of informational source utilized to construct these discourses and found on museum the assurance not only for safeguard but also for socialization through the reaffirmation of the same narratives maintained by a politic agenda. However, this situation would show itself different from the second half of twentieth century, a time when intellectual, academic and political movements – like the feminist groups – would criticize those historical and scientific models and greatly contribute with epistemological and disciplinary developments like Gender Archaeology, within Post-Processual perspectives.

**Keywords:** Celtic peoples; History of Rome; Women; Museology; Gender Archaeology.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Xilogravura datada do século XVII possivelmente inspirada por uma aquarela do século XVI. Representa um bretão antigo com similitudes às populações americanas colonizadas durante o expansionismo europeu .....17
- Figura 2 - Estátua representando Vercingetórix, líder gaulês de resistência à conquista da Gália por Júlio César durante o século I a.C. O monumento foi encomendado pelo imperador Napoleão III e foi fixado em Alésia, sítio arqueológico que fora o reduto de defesa dos gauleses contra os romanos .....20
- Figura 3 - Continente europeu entre a Idade do Bronze Tardia e o início da I Idade do Ferro. Destaque para o extenso território ocupado pela cultura arqueológica dos “Campos de Urnas” em amarelo .....27
- Figura 4 - Expressão territorial de desenvolvimento das culturas arqueológicas de Hallstatt C, D e La Tène A. São marcados também os assentamentos gregos e o território ocupado pelos etruscos, com os quais as comunidades célticas mantiveram contato .....32
- Figura 5 - Migrações célticas para o vale do Rio Pó, na Península Itálica, com destaque para as nomenclaturas dos grupos étnicos .....35
- Figura 6 - Região setentrional da Península Itálica nos séculos III e II a.C., com destaque para as localidades nas quais as comunidades célticas sentiam o expansionismo romano, tendo em alguns casos sido palco de conflitos .....38
- Figura 7 - Migrações dos cimbrí e teutoni no final do século II a.C. e participação nos conflitos entre os grupos célticos da Gália Transalpina e os romanos .....39
- Figura 8 - Moeda em ouro cunhada pelo grupo étnico dos arverni por volta de 51 a.C., representa Vercingetórix .....41
- Figura 9 - Contexto geográfico de parte da região central da Península Itálica aquando do estabelecimento da cidade de Roma .....44
- Figura 10 - Urna de incineração recuperada dos primeiros cemitérios de Roma que possibilitam hipóteses acerca das habitações mais antigas da cidade .....44

Figura 11 - Moeda romana em prata datada de 89 a.C. De um lado representa o episódio do “Rapto das Sabinas”, e de outro, o rosto do rei sabino Tito Tácio ...	50
Figura 12 - Moeda romana em prata da década de 120. Representa a personificação da <i>pudicitia</i> de um lado, e o rosto do imperador Adriano do outro.....	52
Figura 13 - Conjunto de torques em ouro e prata escavados de um contexto céltico da Britânia .....	65
Figura 14 - “Lugar comum” de representação de uma mulher e homem casados em sociedades célticas. Neste caso seria uma “construção” imagética sobre bretões .....	67
Figura 15 - Configuração do Sudestes europeu durante o período da “Migrações”.....	72
Figura 16 - Planta baixa esquemática da tumba da “Dama de Vix” .....	88
Figura 17 - Torque em ouro presente na tumba da “Dama de Vix” .....	89
Figura 18 - <i>Krater</i> em bronze presente na tumba da “Dama de Vix” .....	90

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1. CONCEITUAR OS POVOS CÉLTICOS: DISCURSOS E IMAGENS DA IDADE ANTIGA À CONTEMPORANEIDADE</b> .....	14
1.1 A CONTRIBUIÇÃO DA ARQUEOLOGIA E A GÊNESE DAS CULTURAS ARQUEOLÓGICAS DE HALLSTATT E LA TÈNE.....	22
1.2 O PERÍODO DAS “MIGRAÇÕES” CÉLTICAS E O CONTATO DIRETO COM OS ROMANOS NAS GÁLIAS.....	33
<b>2. O NASCIMENTO DE ROMA E O PERÍODO MONÁRQUICO</b> .....	42
2.1 MITOS FUNDACIONAIS E DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E O ESTATUTO FEMININO .....	47
2.2 O PAPEL DA RELIGIOSIDADE NA CONSTRUÇÃO DAS DINÂMICAS ENTRE OS GÊNEROS .....	53
<b>3. A HETEROGENEIDADE DAS CONFORMAÇÕES SOCIAIS NAS COMUNIDADES CÉLTICAS E SUA INFLUÊNCIA NOS ESTATUTOS FEMININOS</b> .....	61
3.1 NÃO HÁ UNISSONIDADE: A AGÊNCIA FEMININA CÉLTICA NOS AUTORES DA IDADE ANTIGA.....	64
3.2 O EXERCÍCIO DO PODER NAS INSTITUIÇÕES MUSEAIS: ENTRE AS FONTES ESCRITAS E A CULTURA MATERIAL ARQUEOLÓGICA.....	75
3.3 NARRAR SOBRE O PASSADO: UMA CONDIÇÃO PRESSUPOSTA PELAS NARRATIVAS DO PRESENTE .....	82
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	91
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	94

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Podem as mulheres célticas serem e terem o espelho das romanas?”, pretende discutir as narrativas históricas realizadas por autores masculinos romanos e gregos da Antiguidade acerca das mulheres célticas através de uma relação de alteridade que parte das expectativas de gênero das mulheres romanas. Ademais, busca entender também os papéis da cultura material arqueológica nas dinâmicas de construção destes discursos. Para isto será realizada uma análise crítica de bibliografia científica contemporânea que se dispõe a investigar alguns elementos destas fontes informacionais.

Esta proposta de análise se justifica uma vez que a concepção que temos na Contemporaneidade sobre os povos célticos e as relações de gênero no seio destas comunidades são parte de um processo de construção de imagens e narrativas advindas desde a Antiguidade. Se é assumido que os povos célticos não produziram registros escritos – excetuam-se os casos em que foram utilizados os sistemas de escrita latino e grego para se comunicar uma língua de origem céltica – e assim o foram somente retratados por grupos étnicos externos, se faz necessário que haja uma discussão sobre a natureza e o alcance dessas fontes de informação.

Além da influência de tais discursos, o âmbito do nascimento de disciplinas científicas como História e Arqueologia no século XIX, foi homogeneizado nas figuras de grupos específicos masculinos. Neste sentido, a apropriação dos registros escritos provenientes da Antiguidade – que estavam sendo recuperados, analisado e publicizados - e a cultura material arqueológica deste mesmo período cronológico mas também da Proto-História – vindos à luz a partir de coleções e investigações arqueológicas -, foram interpretados através de diversos vieses sociais coetâneos ao estudiosos que se debruçavam a narrar sobre o Passado. Neste sentido, os sujeitos e grupos sociais que estivessem fora do contexto de produção científica dos mesmos homens – que é o caso das mulheres -, estariam alijados de participação na produção de discursos.

Com o surgimento e desenvolvimento de disciplinas como a Arqueologia – mas não somente – e a realização de trabalhos de investigação em sítios

arqueológicos, por exemplo, houve a necessidade da criação de instituições que suprissem a exigência de salvaguarda dos objetos de estudo provenientes destas mesmas investigações. Assim, arquivos e museus são instituídos para que se pudesse garantir a salvaguarda destes bens, no entanto, suas funções são expandidas como espaços que possibilitam as pesquisas e classificações de materiais mas também que pudessem socializar os mesmos. Neste último caso, os museus possuem uma inclinada ação, e durante o século XIX, foram responsáveis por realizarem a manutenção e sustentação dos discursos androcêntricos criados sobre o Passado. Entretanto, durante o século XX - sobretudo os últimos cinquenta anos do mesmo período - foram denunciados e criticados os modelos de narrativas históricas indicando os alijamentos e reducionismos apresentados. Este movimento foi desenvolvido tanto em âmbito acadêmico, e mais especificamente quanto às mulheres, em movimentos de militância feminista. A necessidade de revisão destes discursos sobre os agentes históricos “não enquadrados” em específico contribuiu para o desenvolvimento de disciplinas como a História das Mulheres e os Estudos de Gênero, e mais especificamente no campo da Arqueologia, para as vertentes Pós-Processuais, nas quais Arqueologia Feminista e de Gênero estão incluídas.

“Podem as mulheres célticas serem e terem o espelho das romanas?” é um trabalho realizado em três capítulos. O primeiro deles intitula-se “Conceituar os povos célticos: discursos e imagens da Idade Antiga à Contemporaneidade” é dividido em “dois subcapítulos” e parte da explicação do fenômeno de generalizações sobre os povos célticos presentes nos “manuais” de estudo, inclusive de natureza acadêmica. Traça estas generalizações advindas desde a Proto-História e a Antiguidade - aquando dos registros sobre os povos célticos através de autores gregos e romanos – e indica os desenvolvimentos que as mesmas tiveram nos períodos históricos posteriores, até os tempos hodiernos. Neste arco temporal são sobremaneira relevantes para a construção destas narrativas o período das “Migrações” a partir do século V a.C., que fixa a imagem dos “célticos” como bárbaros. Depois, o período que incide desde o século XVI até o XIX, nos quais a verve nacionalista e colonialista europeia vão ter suporte em ideários de um Passado nacional com referências aos povos e heróis

“célticos”. São flagrantes neste ínterim os fenômenos do “pan-celtismo” e da “celtomania”.

Também no primeiro capítulo é destacado o papel ímpar da Arqueologia na concepção sobre os povos célticos, uma vez que a partir de investigações arqueológicas nos séculos XIX e XX são definidas as culturas arqueológicas referentes aos povos célticos, nomeadamente Hallstatt e La Tène. Ademais, deste período também advem a importante contribuição do estabelecimento das balizas cronológicas baseadas em datações relativas e registro arqueológico; o que levou à percepção do enquadramento das culturas arqueológicas de Hallstatt e La Tène nas balizas cronológicas da Idade do Bronze Tardia e nas I e II Idades do Ferro. Apesar de serem desenvolvidos os acontecimentos relevantes para a definição das sociedades célticas em todo este arco cronológico, é de inclinada relevância analisar o período da II Idade do Ferro, o período das “Migrações” e o contato entre os povos célticos e os romanos nas Gálias, inicialmente na Cisalpina e posteriormente na Transalpina.

O segundo capítulo é intitulado “O nascimento de Roma e o período Monárquico” e divide-se em “2 subcapítulos”. Dispõe-se a investigar o estatuto feminino – pelo menos no que tange às mulheres pertencentes aos grupos sociais de elite – nos períodos da Monarquia e República romanas. Indica-se que as instituições sociais, políticas e de família possuem um substrato ideário baseado nas narrativas mitológicas de gênese e desenvolvimento de Roma. Neste sentido foram elegidas as figuras de Reia Silvia (mãe dos fundadores da cidade de Roma), das Sabinas (do episódio do “Rapto das Sabinas”) e de Lucrecia (referente ao acontecimento de seu estupro), para que através de seus espaços na constituição de uma “identidade” romana possa-se também atingir o âmbito das expectativas de gênero sobre as mulheres romanas. Outrossim desenvolve-se também a primeva ideia romana de religiosidade através do culto aos ancestrais e ao fogo sagrado, que apesar de passarem pela maior heterogeneidade de desenvolvimentos durante os períodos cronológicos da história romana, foram elementos ímpares na constituição do estatuto e da relação entre direitos e deveres femininos. É indicada a concepção específica de família para os romanos e como esta instituição está ligada à religiosidade

doméstica, à propriedade privada e à soberania masculina. Sendo os homens os únicos responsáveis legítimos pela manutenção da religiosidade e da linhagem familiar, à mulher seria destinado um espaço de agência ínfimo ou quase nulo. Este capítulo é desenvolvido pela sua pertinência quanto ao entendimento da construção do substrato ideário masculino romano sobre as mulheres romanas para que se possa perspectivar também suas expectativas de gênero sobre as mulheres célticas com as quais se depararão durante o período das “Migrações” célticas.

Por fim, o terceiro capítulo é intitulado “A heterogeneidade das conformações sociais nas comunidades célticas e sua influência nos estatutos femininos” e divide-se em “três subcapítulos”. Neste momento são desenvolvidos os traços sociais das comunidades célticas dos finais da I Idade do Ferro e da II Idade do Ferro, que influenciaram as relações de gênero no seio desses grupos. Se por um lado há uma tendência em definir os povos célticos pelo modelo social clânico e tribal, seria incauto assumir que todos os grupos étnicos estariam inseridos nesta mesma dinâmica. De fato, outras concepções sociais com relação à manutenção e ordenamento do poder e dos grupos sociais entre as comunidades célticas podem apresentar heterogeneidades. Desta forma, se é de interesse investigar as perspectivas sobre o gênero feminino é importante que essa análise se dê de maneira relacional aos homens e que seja observada de maneira microfocalizada, evitando as assunções generalistas.

Ainda que as fontes escritas utilizadas para que esta investigação seja realizada advêm de homens gregos e romanos (como Tácito, Júlio César, Plutarco e Estrabão) - o que pressupõe que as dinâmicas de alteridade e identidade entre as mulheres romanas e célticas seja uma tônica -, é importante apontar que estas analogias acabam por soçobrar as diversidades e apagar as agências femininas nos seus contextos sociais específicos. Neste sentido, através de fontes escritas e alguns elementos de cultura material são citadas sendas da sociedade nas quais as mulheres célticas possuíam atuação: economia (agricultura, comércio, manufatura de bens de consumo), religiosidade, cuidados com a saúde, política e meio militar. Alguns dos nomes

citados para estes contextos são: Onomaris, Veleda, Chiomara, Boudicca e Cartimandua.

A outra natureza de fontes utilizadas para se construírem narrativas sobre as mulheres célticas se dá com a cultura material arqueológica, sobretudo aquela relacionada a contextos funerários de mulheres pertencentes a grupos de elite do final da I Idade do Ferro (como exemplo o sepultamento da “Dama de Vix”). Ainda que esta seja uma tendência constante para o objeto de estudo que se pretende, as perspectivas direcionadas à cultura material arqueológica passaram – e passam – por desenvolvimentos diversos: desde escolhas de análise baseadas na “excepcionalidade” do patrimônio arqueológico que tende à produção científica de natureza estritamente descritiva, até investigações que pretendem focalizar aspectos que tangem relações de gênero. Neste sentido, são elencadas as potencialidades dos Estudos de Gênero no seio das vertentes Pós-Processuais da Arqueologia para que se aceda à lacunas informacionais esvaziadas dos sujeitos e grupos sociais do Passado como uma agenda científica e política do Presente.

## 1 CONCEITUAR OS POVOS CÉLTICOS: DISCURSOS E IMAGENS DA IDADE ANTIGA À CONTEMPORANEIDADE

Uma percepção adquirida com o tempo por aqueles interessados no estudo dos povos célticos, e que se debruçam nos já consagrados “manuais” (CUNLIFFE, 2018; HAYWOOD, 2009; JAMES, 1998) sobre os mesmos, é a tendência, já em suas primeiras páginas e capítulos, de que haja a indicação de um processo que ultrapassa milênios acerca da compreensão (ainda não uníssona em muitos pontos) das identidades e origens dos povos célticos. Levando em consideração uma das principais fragilidades sobre os estudos célticos da Contemporaneidade, isto é, a necessidade de tratar destes povos em seus contextos mais microfocalizados (PEIXOTO, 2018, p. 101), por outro lado, a ausência de literatura acadêmica específica, acessível e em língua portuguesa, justifica a escolha – e a necessidade – de que assim também se realize uma introdução.

Ainda que o desenvolvimento de uma elucidação aprofundada das perspectivas gregas e romanas sobre os povos célticos seja de maior interesse deste estudo, isto somente ocorrerá a posteriori. No entanto, é impossível traçar o desenvolvimento da noção do que seja “celta” sem indicar que o primeiro registro escrito sobre os celtas se dá com o geógrafo grego Hecateu de Mileto, nos finais do século VI a.C. (CUNLIFFE, 2018, p. 2). Este autor nos fala da região de estabelecimento da colônia grega de *Μασσαλία* (Massília - Marselha) próxima ao território dos celtas (ibidem, p. 4) ou, de acordo com John Haywood (2009, p. 8), no interior de onde os celtas viviam. Ademais, é importante que se diga que a partir daí as referências de autores gregos e romanos se condensam e são dignas de nota pois se perenizaram por mais de dois milênios, sendo responsáveis por grande parte de nossas percepções na Contemporaneidade (ibidem, p. 3).

Para fazerem referência aos povos célticos, autores gregos e romanos se utilizaram de alguns termos variados, como: *Κελτοί* – *Keltoí* e *Γαλάται* – *Galátai*, em grego; *Celtae* e *Galli* em latim (ibidem; HAYWOOD, 2009, p. 8; JAMES, 1998, p. 8; KRUTA, 1989, p. 1). Barry Cunliffe (2018, pp. 3-4) se pauta pela hipótese de que *Κελτοί* e *Celtae* eram, então, termos genéricos utilizados para se tratar

dos povos da Europa Centro-Occidental acima dos Alpes e *Γαλάται* e *Galli* para aqueles grupos que se deslocaram para as regiões meridionais e orientais. O autor nos lembra ainda sobre uma observação de Júlio César acerca das populações do centro da Gália, as quais os romanos chamavam gaulesas, mas a si mesmas se denominavam celtas; o que nos alerta sobre toda a problemática do uso da nomenclatura e a que especificidade de contexto se endereça.

É importante, por fim, ressaltar aquilo que nos é apontado por Simon James (1998, p. 8) e reafirmado por John Haywood (2009, pp. 8-9): os termos supracitados foram utilizados por autores gregos e romanos para se tratarem de populações da Europa continental, de modo que a percepção dos povos da Idade do Ferro da Grã-Bretanha e da Irlanda somente foram denominados “celtas” em um processo posterior da Modernidade que poderá ser melhor compreendido mais adiante. Esta situação, que de acordo com o autor pode causar um choque de expectativas em muitas pessoas (ibidem) pode inclusive ser sustentada pelas expedições de Píteas de Marselha em 320 a.C. Navegando o Oceano Atlântico pela margem ocidental da Europa, o geógrafo e explorador grego define como limite do “território céltico” a Armórica, de modo que os espaços ao Norte, das Ilhas Britânicas, não o eram, mas sim *Pretani* (CUNLIFFE, 2018, p. 5).

Neste mesmo século, e nos subsequentes ao registro de Píteas se dá a condensação dos conhecimentos e a fixação de uma imagem representativa dos povos célticos para os autores gregos e romanos. Isto se deve ao denominado período das “migrações célticas” – ou gaulesas e gálatas, se seguirmos a lógica de Cunliffe (ibidem, p. 3) -, de grupos provenientes da região Centro-Occidental europeia acima dos Alpes em direção ao Sul, para o Vale do Rio Pó, e posteriormente à Roma. Mas também em direção às regiões mais orientais, como Grécia e Ásia Menor, muito em função da participação destes grupos como mercenários em conflitos bélicos (ibidem, pp. 5-6). São nestas circunstâncias relativas à natureza das migrações e dos contatos entre povos célticos, gregos e romanos que a estereotipia do bárbaro se registra, de um modo fóbico que pode ser entendido até mesmo como “educativo” se tomarmos em conta a fixação desta imagem com o desenvolver do tempo (ibidem, p. 6). É deste

período que John Haywood (2009, pp. 28-29) nos traz a ideia das possíveis raízes do fantasma rancoroso que se tornaria perene no imaginário romano sobre os celtas, sobretudo se levarmos em conta o episódio do “Saque à Roma” (cerca de 390 a.C.). De meados do século I a.C. em diante a estereotipia dos povos célticos toma novas tonalidades, de modo que não é totalmente abandonada (ocasionalmente é reutilizada) mas é tomada como elemento catalisador para o expansionismo romano e o processo de dominação das comunidades célticas. Estas já não são mais vistas como um sério problema à Roma (CUNLIFFE, 2018, p. 13) de modo que agora outros “bárbaros” são colocados neste “lugar”.

Entre os séculos IV e XVI da Era Cristã houve pouca ressonância social sobre o assunto dos povos célticos, uma vez que questões que tangiam narrativas históricas sobre o Passado se centravam no ideário cristão, no entanto é importante que se diga que as comunidades cristãs foram as responsáveis pelo registro e permanência dos povos célticos nas fontes escritas, sobretudo aquelas ligadas à irmandades religiosas (ibidem, p. 14). Isto se modificaria nos séculos XVI e XVII, com a impressão e popularização de obras gregas e romanas da Antiguidade (JAMES, 1998, p. 8), o que atendeu à verve nacionalista de países da Europa Ocidental (como Inglaterra e França) em eleger heróis e eventos que sustentassem suas histórias nacionais através de “fatos”, em contraposição a “mitos” (ibidem). Ademais, são também elementos ressaltados deste período as representações imagéticas do “celta bárbaro”, o que de acordo com Barry Cunliffe (2018, p. 15) coincide com o expansionismo e colonialismo europeu. Ao deparar-se com os povos dos territórios colonizados, o europeu pôde tecer uma analogia entre os mesmos e as populações célticas da Antiguidade que tiveram contato com os gregos e romanos (vide Figura 1). Podemos levar em conta que esta atitude coincide com a última tendência de visão dos povos célticos na Antiguidade, isto é, são “bárbaros”, porém não suscitam graves preocupações para os colonizadores, mas sim, uma justificativa para a sua dominação (HAYWOOD, 2009, p. 216).

O encontro dos europeus com as populações no “Novo Mundo” coloca em detrimento ao mesmo tempo uma perspectiva paradoxal de humanidade “não

civilizada” e “bestialidade”. O espaço ocupado por estes grupos humanos americanos, como por exemplo aqueles assentados na Flórida e os tupinambás no Brasil, é entendido como estacionário, por um viés de diferenciação evolutiva. Nesta perspectiva, a alteridade percebida por autores gregos e romanos da Antiguidade é “renovada” para dar entendimento à necessidade explicativa de então (OLIVIER, 2018, pp. 100-101). Os espécimes de cultura material utilizados ou não por estas comunidades iriam dar sustentação para o discurso evolucionário difundido pelos europeus. Ora, aqueles grupos humanos faziam uso de ferramentas líticas mas desconheciam até então a metalurgia utilizada pelos europeus, no entanto, André Thevet indica que não o fora sempre assim. Realizando uma ponte com o conhecimento sobre a Antiguidade europeia, o cosmógrafo indica que as populações europeias também já foram ignorantes quanto ao conhecimento da metalurgia do ferro, o que o levou a entender que tal “espaço evolutivo” também fora ocupado pelos europeus (ibidem, p. 100).

Figura 1: Xilogravura datada do século XVII possivelmente inspirada por uma aquarela do século XVI. Representa um bretão antigo com similitudes às populações americanas colonizadas durante o expansionismo europeu.



17 A seventeenth-century vision of an Ancient Briton: a woodcut from John Speed's *Historie*, published in 1611. The ultimate source seems to be a watercolour drawing by John White dating to about 1588. White's ideas were based on his first-hand observations of native Americans. Nakedness, body-painting, long hair, neck torcs, and headhunting are all characteristics of the generalized 'Celt' derived from classical sources, which were becoming available in printed form at about this time.

Fonte: CUNLIFFE, 2018, p. 14

No contexto da Europa Insular, John Haywood (ibidem, p. 214) nos cita elementos importantes e que muito se aproximam do desenvolvimento que os nacionalismos iriam tomar na Europa Continental mais adiante; ainda assim, possuem especificidades que despertam o interesse e que, poderíamos pensar, alimentam o silêncio sobre a denominação celta dos territórios insulares, se analisamos somente os registros de autores gregos e romanos. Sobretudo, se analisarmos a questão da Linguística, veremos que será um dos principais catalisadores das compreensões identitárias do “celta”. Isto porque as obras do escocês George Buchanan, do século XVI, e posteriormente do galês Edward Lhuyd (com sua famosa *Archaeologia Britannica* do século XVII) - que, dentre uma pluralidade de assuntos, teciam uma análise comparativa entre o galês, o corno, o bretão e as línguas gaélicas - propiciariam às populações contemporâneas de se compreenderem e autoafirmarem falantes de línguas celtas ou “gaulesas”; o que não ocorrera até o momento (ibidem, p. 211-213).

O período que se seguiu, no século XVIII e primeira metade do XIX, ampliou a natureza das fontes utilizadas para se conceitualizar os povos célticos mas, principalmente, alimentar o espírito nacionalista e “pan-celta” europeu (JAMES, 1998, pp. 8-9). A partir da utilização de elementos da etnologia comparada e o estudo de espécimes da cultura material advindos de antiquários, sedimenta-se neste contexto um fenômeno conhecido como “Celtomania” (CUNLIFFE, 2018, p. 16). Esta, assim pode ser definida por John Haywood (2009, p. 216):

[...] foi uma manifestação do movimento romântico, uma rebelião cultural contra o racionalismo e materialismo do Iluminismo. O romantismo exaltava a imaginação, o irracionalismo, o individualismo e a rebelião e o amor pela natureza selvagem, o misterioso e o exótico.

Ainda de acordo com o autor (ibidem, p. 225), o movimento pan-celta se reconhece no ano de 1820, aquando da cooperação do galês Thomas Price e do bretão Jean-François le Gonidec para a tradução da Bíblia para o bretão - língua cujos falantes foram, na concepção de Haywood (ibidem), os mais entusiastas pan-celtas.

A forja das referências culturais ligadas à identidade nacional neste período é passível de se observar em muitos sentidos. Faz-se destaque, por

exemplo, à relevância dos estudos de Linguística e de obras literárias que se dispunham a fazer referência aos celtas. Neste sentido, aquilo supracitado em Simon James (1998, p. 8) e John Haywood (2009, pp. 8-9) sobre a ausência de relatos sobre comunidades celtas da Europa Insular nos textos clássicos é sustentado pelo discurso da Linguística e de tradição literária. Apesar da grande “liberdade criativa de tradições”, Barry Cunliffe (2018, p. 20) aponta a produção de trabalhos sérios – como a coleção de canções populares bretãs reunidas por La Villemarqué, “*Barzaz Breiz*” -, os quais passam a ter suporte institucionalizado a partir do surgimento das sociedades de intelectuais interessados na questão céltica. Esta, é importante que se diga, tomou ainda mais fortes contornos identitários, sobretudo tangenciados pelo pan-celtismo europeu, retomado por movimentos políticos separatistas como os “*Breiz Atao*” (‘Brittany for Ever’) em tempos posteriores (ibidem, p. 22).

Outro elemento sociocultural abastecido pelo sentimento nacionalista e/ou “celtomaníaco” é a eleição (e monumentalização em muitos casos) de personagens heroicos cuja origem é “céltica”, como por exemplo as figuras de Vercingetórix, Boudicca e Viriato, respectivamente no imaginário francês, inglês e português (ibidem, p. 18) (vide Figura 2). Além disso, há a busca de elementos de cultura material que traçariam suas origens até os povos célticos. Um dos casos mais marcantes e simbólicos se dá com a associação direta entre os monumentos megalíticos (como círculos de pedra e dolmens) espalhados pelo território europeu à “mística” figura do druida (ibidem, p. 16; HAYWOOD, 2009, p. 216). Este ideário romântico somente poderia vir a se tornar algo absolutamente anacrônico com os contributos da Arqueologia. Esta, no entanto, dava ainda no século XIX seus “primeiros passos”, com as expedições patrocinadas por Napoleão III (sobrinho de Napoleão Bonaparte) na França com vistas a trabalhos de campo e escavações em sítios arqueológicos que pudessem estar associados às movimentações de Júlio César na Gália do século I a.C. (CUNLIFFE, 2018, p. 19). É por fim relevante apontar neste ponto a relação entre a Arqueologia e a musealização de cultura material arqueológica (neste caso os espólios das campanhas de Napoleão III musealizadas no Museu de Arqueologia Nacional, na França) com agenda focada na elaboração, fortalecimento e comunicação de um discurso nacional homogeneizado baseado

nas relações identitárias entre povos célticos e a sociedade contemporânea de outrora.

Figura 2: Estátua representando Vercingetórix, líder gaulês de resistência à conquista da Gália por Júlio César durante o século I a.C. O monumento foi encomendado pelo imperador Napoleão III e foi fixado em Alésia, sítio arqueológico que fora o reduto de defesa dos gauleses contra os romanos.



3.10 Statue of Vercingetorix, the Gaulish resistance leader who confronted Caesar at Alesia in 52 BC. The statue, which dominates the plateau of Alesia, was erected at the instigation of the emperor Napoleon III in 1865. Napoleon organized a detailed field study of Caesar's campaigns. There is a certain stylized resemblance between the emperor and the statue.

Fonte: CUNLIFFE, 2018, p. 17

De 1870 a 1970 e depois em direção ao segundo milênio, a Arqueologia ganha destaque no conhecimento sobre os povos célticos sobre diversas perspectivas e por uma riqueza de assuntos estudados. Nos primeiros 100 anos, com a pesquisa comparativa entre materiais arqueológicos provenientes de três países diferentes (nomeadamente de sítios arqueológicos de La Tène/Suíça; Champagne/França e Marzabotto/Itália) puderam fazer referência aos povos célticos (ibidem, p. 23); logo então surgem os questionamentos sobre as movimentações destes povos pelo continente europeu, dando o tom às perguntas arqueológicas a serem respondidas à época. Neste ínterim, assiste-se também aos novos desenvolvimentos que a perspectiva imagética do celta vai tomar. Muito por conta de uma consequência do olhar das comunidades célticas através de seu “assentamento” nos territórios europeus, sedimenta-se o

*celticus domesticus* (ibidem, p. 25). O destaque agora é dado para os elementos artísticos e tecnológicos, sendo que há até espaço para alguma contribuição sobre as mulheres (ibidem), mas estas ocupam os espaços secundários na imagem do desenvolvimento sociocultural dos povos célticos.

Com o final do século XX, uma nova tendência se traduz nas identidades célticas relevantes para o movimento pan-europeu, nomeadamente aquela relativa à força do estado de união da Europa nas relações econômicas globais (ibidem). Assim, os interesses econômicos também são direcionados aos povos célticos do passado, de modo que há ainda um mais pungente “refinamento” de suas imagens como comunidades desenvolvedoras de relações econômicas relevantes no Passado (ibidem). Por fim, o segundo milênio iria mudar a chave de olhar sobre os celtas: se em toda esta diacronia a perspectiva sobre tais povos se deu mais por afirmações inalteráveis, agora as dúvidas e os questionamentos são mais marcantes. Há, dessa forma, uma expansão sobre a diversidade cultural das comunidades da Idade do Ferro europeia, uma vez que é posta em dúvida a validade da terminologia “celta”, de modo que a mesma possui a tendência de homogeneizar realidades muito diversas (ibidem, p. 26; PEIXOTO, 2018, pp. 101-102). Outrossim, é fato que o desenvolvimento de debates acerca de temas ignorados por muito tempo na senda dos Estudos Célticos, como por exemplo a origem desses povos, têm se cristalizado em função de novas ferramentas científicas como o estudo de ADN antigo. Desta forma, Barry Cunliffe (2018, p. 27) como em um bom vaticínio para o novo milênio postula: “[...] What is certain is that our vision of the Celts will change, possibly quite dramatically, over the next decade.”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> O autor escrevera este fragmento de texto já na primeira edição do livro, que data de 1997, portanto foi mantida a citação, que se refere aos anos 2000.

## 1.1 A CONTRIBUIÇÃO DA ARQUEOLOGIA E A GÊNESE DAS CULTURAS ARQUEOLÓGICAS DE HALLSTATT E LA TÈNE

Esta longa diacronia de contribuições sobre o entendimento acerca dos povos célticos esteve, como foi visto, especialmente pautada pelas fontes dos autores gregos e romanos. Entretanto, foram citadas – ainda que em segundo plano - as contribuições da Linguística; além disso também poderiam ser citadas contribuições dos estudos artísticos, dedicados à “Arte Celta”, no entanto é através da Arqueologia que o presente trabalho busca aprofundar a discussão. Barry Cunliffe (*ibidem*, pp. 29-30) indica estas muitas possibilidades de aproximação da conceitualização dos povos célticos através das mais variadas disciplinas; no entanto também admite que não há nenhuma que tenha tido mais desenvolvimento nos séculos XX e XXI que a Arqueologia (*ibidem*, p. 50). Ainda que hodiernamente esta última tenha se aproximado da Antropologia, com vistas ao entendimento dos sistemas sociais que em conjunto formaram as comunidades célticas (*ibidem*, p. 51), é substancial entendermos como se deram os primeiros desenvolvimentos da disciplina arqueológica neste assunto, ainda no século XIX.

Houve com as coleções de cultura material arqueológica dos povos celtas aquilo que ocorreu também com outras tipologias de artefatos no século XVI: sua relação com os colecionadores privados e antiquários formadores dos gabinetes de curiosidades. Estes, com o auxílio dos recursos documentais da Antiguidade Clássica (RENFREW & BAHN, 2016, p. 22), recorrentemente denominaram espécimes com as nomenclaturas “bretão”, “gaulês” ou “celta”, acertadamente ou não. No entanto, uma sistematização mais realista – e que não prescindia dos recursos textuais da Antiguidade (TRIGGER, 2004, p. 94) - somente viria com o “Modelo das Três Idades” (da Pedra, do Bronze e do Ferro) do arqueólogo danês Christian Jürgensen Thomsen no século XIX, associando tais elementos da cultura material à Idade do Ferro (CUNLIFFE, 2018, p. 39). As propostas de Thomsen viriam a ser ainda mais creditadas com os prosseguimentos de seu assistente, Jens Jacob Asmussen Worsaae, através de escavações e dados estratigráficos.

É neste mesmo século que a descoberta de dois sítios arqueológicos iriam fornecer os nomes e as culturas arqueológicas dos povos célticos na Europa: nomeadamente os sítios de Hallstatt e La Tène. O primeiro, escavado inicialmente em 1846 por Johann Georg Ramsauer, foi caracterizado como um extenso cemitério na Áustria. Ramsauer, na altura um operador de minas austríaco, convenientemente classificou o sítio arqueológico como “celta” a partir das relações geográficas realizadas pelos autores da Antiguidade (ibidem, p. 40). As inumações e enterramentos – majoritariamente datados dos séculos VII, VI e inícios do V a.C. - presentes no sítio arqueológico continham um espólio variado de armas, vasos em cerâmica e bronze, adornos pessoais e importações itálicas (JAMES, 1998, p. 14).

Já o sítio arqueológico de La Tène é localizado na região suíça de Marin-Épagnier, na desembocadura do rio Thièle no lago Neuchâtel. De acordo com Venceslas Kruta (1989, p. 3) a partir de 1853 foram sendo encontrados elementos de cultura material submersos nas águas do lago; no entanto, outros autores (CUNLIFFE, 2018, p. 42; JAMES, 1998, p. 15) afirmam que o lugar somente foi entendido como sítio arqueológico em 1957. Neste cenário, o suíço Hansli Kopp encontrou pilhas de madeira entremeadas de lama e espadas em ferro, o que levou à investigação arqueológica no local a posteriori. A “funcionalidade” de La Tène é, diferentemente do sítio arqueológico de Hallstatt, ainda muito debatida, podendo ser entendido como um empório de trocas, uma estação entre fronteiras ou um santuário (JAMES, 1998, p. 15).

As décadas que se passaram vieram a aproximar análises mais aprofundadas da cultura material de ambos os sítios arqueológicos supracitados, além de compará-la com artefatos provenientes de outros contextos da França e Itália (CUNLIFFE, 2018, p. 43). Um acontecimento importante se deu em Bolonha, com o *V Congresso Internazionale di Antropologia e Archeologia preistoriche*, em 1871. Nesta ocasião, os arqueólogos Gabriel de Mortillet e Émile Desor puderam entrar em contato direto com artefatos provenientes do sítio arqueológico etrusco de Marzabotto. Conhecedores de vestígios arqueológicos da Idade do Ferro da França e Suíça, puderam ver similaridades entre os artefatos que estavam a conhecer e aqueles com os quais já conheciam de seus

países. Assim, lançando mão de documentos escritos por Tito Lívio e Políbio que falavam de migrações célticas provenientes de regiões acima dos Alpes, em direção ao Vale do rio Pó – local onde se encontra, por exemplo, Marzabotto – os arqueólogos fizeram uma associação daqueles artefatos com os celtas, de modo que puderam estabelecer também um horizonte cronológico para a cultura material referente aos povos célticos (ibidem, pp. 43-44).

O debate cronológico no que tange à Idade do Ferro europeia teve franco desenvolvimento a partir da época do Congresso de Bolonha. Em 1872, o arqueólogo sueco Hans Hildebrand dividiu a Idade do Ferro em dois períodos: o mais primevo caracterizado pela “cultura arqueológica” de Hallstatt e o mais recente relacionado à “cultura arqueológica” de La Tène, sendo esta última a “expressão arqueológica legítima” dos povos célticos (CUNLIFFE, 2018, p. 44; JAMES, 1998, p. 15; KRUTA, 1989, p. 3). Apesar de esta ser - em uma perspectiva genérica - a cronologia utilizada até o presente, outros estudiosos propuseram nomenclaturas alternativas, na década seguinte e no início do século XX. Foi percebida a necessidade de subdividir a I e II Idades do Ferro: o arqueólogo Otto Tischler propôs dois períodos para Hallstatt e três para La Tène, os quais foram amplamente utilizados pela comunidade acadêmica de outrora (CUNLIFFE, 2018, p. 44). No entanto, em uma tentativa – não somente de Tischler – de estabelecer limites cronológicos muito específicos para todos os cenários arqueológicos da Europa Continental e Insular, disparidades contextuais foram percebidas pelos arqueólogos. Seria em 1902 que Paul Reinecke aperfeiçoaria esta problemática que envolvia sobretudo um “desvio à regra” proveniente dos contextos arqueológicos da Bavária que o modelo de Tischler não compreendia. Reinecke foi também de grande relevância para a percepção de que as primeiras balizas cronológicas de Hallstatt se referiam à Idade do Bronze Tardia e não à Idade do Ferro; desta forma, seus modelos viriam a sustentar os estudos das cronologias para os períodos da Idade do Ferro – e do Bronze Tardio – a posteriori (ibidem, p. 46).

Ainda que fuja do escopo deste trabalho compreender as origens dos celtas, – sobretudo se levarmos em conta as informações dos troncos linguísticos e famílias linguísticas – uma vez que nosso foco recai sobre às

Idades do Ferro (no que tange às fontes arqueológicas e legadas da Antiguidade Clássica), é importante indicar elementos gerais que tangem à Idade do Bronze Tardia, uma vez que as balizas cronológicas de Hallstatt A (1200-1000 a.C.) e B (1000-800 a.C.) estão à ela relacionadas (HAYWOOD, 2009, p. 16; JAMES, 1998, p. 20). É em princípio importante entender que o cenário europeu da Idade do Bronze é marcado, como denota a própria nomenclatura, pela presença da liga metálica do bronze, que é caracterizada pela fundição de cobre com arsênio ou estanho. Ainda que o uso do bronze na criação de materiais como ferramentas de trabalho e armas acarrete ganhos tecnológicos se comparado aos artefatos líticos, é importante ressaltar que estes não deixaram de ser confeccionados e utilizados. Isto se justifica pela não generalidade de existência de fontes minerais para a produção da liga metálica em questão.

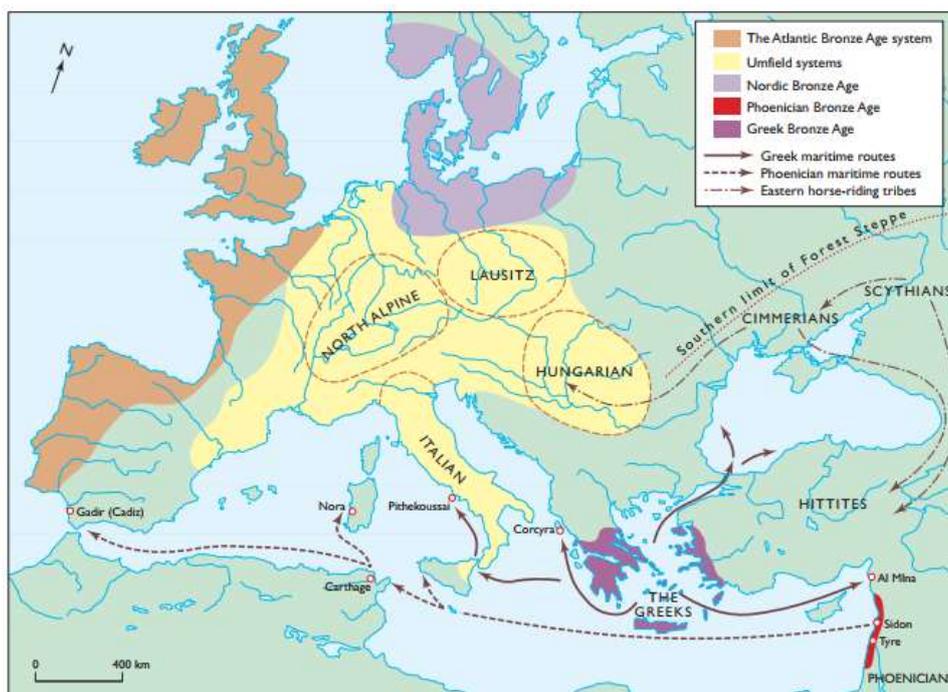
Desta forma, o comércio de longa distância viria a suprir a necessidade de aquisição das matérias-primas minerais escassas em alguns locais e abundantes em outros (HAYWOOD, 2009, p. 14). Como consequência disso, assistimos nesse período – com especial destaque para sua fase Tardia - à uma maior diferenciação social e ao desenvolvimento de elites militarizadas dominantes - pois contavam com maior acesso aos recursos minerais e à produção de armas, como é o caso da introdução de um novo tipo: a espada de corte em bronze – e com o aparecimento de fortalezas em colinas (ibidem, p. 16; LAING, 1981, p. 15). É diante deste tipo de sítio arqueológico, mas também através dos contextos funerários, que podemos perceber sinais da diferenciação social a partir dos elementos da cultura material.

Neste sentido, a cultura arqueológica dos “Campos de Urnas”, que surge por volta de 1350 a.C. na Hungria e se expande até a Europa Centro-Occidental (HAYWOOD, 2009, p. 15), se estabelece e se faz perceptível através de suas extensas necrópoles, as quais eram preenchidas por centenas – e até milhares – de incinerações humanas depositadas em urnas cerâmicas, que por sua vez eram enterradas em sepulturas achatadas (ibidem). Assim, a cultura arqueológica de Hallstatt surge como uma variante (ibidem, p. 10) – ou sequência, de acordo com Venceslas Kruta (1989, p. 59) - dos “Campos de Urnas”, ainda que seja necessário ressaltar que, apesar de provavelmente terem

falado uma forma inicial de língua céltica (LAING, 1981, p. 15), muito provavelmente outros grupos étnicos a tivessem composto (KRUTA, 1989, p. 59). Isto também poderá ser vislumbrado posteriormente com a própria “cultura arqueológica” de Hallstatt -, uma vez que é difícil perceber as permanências de marcadores culturais nos elementos da cultura material referente aos “Campos de Urnas” devido à sua ampla cobertura no continente europeu.

Apesar da relevância dada aos “Campos de Urnas” para o desenvolvimento de Hallstatt A e B, é importante ressaltar também que outros grupos étnicos se desenvolveram no continente europeu – e também em suas “bordas” – neste mesmo período, o que aponta para uma influência direta ou indireta no surgimento e desenvolvimento das “culturas arqueológicas” referentes aos povos célticos. Em um momento mais primevo da Idade do Bronze, ainda antes do término do primeiro milênio a.C., as civilizações minoica e micênica já haviam guinado o foco das transações comerciais para o Mar Egeu, de modo que ali se dava um ponto intermediário entre a Europa setentrional e as regiões do Egito e da Anatólia, por exemplo (CUNLIFFE, 2018, p. 94) (vide Figura 3). Mas é no período que se dá em seguida, com a virada do milênio, que “os principais grupos sociais e econômicos a dominar o cenário por um milênio começariam a se cristalizar” (ibidem, p. 95) (tradução nossa).

Figura 3: Continente europeu entre a Idade do Bronze Tardia e o início da I Idade do Ferro. Destaque para o extenso território ocupado pela cultura arqueológica dos “Campos de Urnas” em amarelo.



1 Europe, 1300–700 BC. The period that followed the breakdown of the Mycenaean–Minoan culture of the Aegean was a time of massive social and economic reformations in Europe. In the Mediterranean, Greek and Phoenician city-states emerged and extended their influence through colonies and ports-of-trade into the western Mediterranean and the Black Sea. In the region of the Pontic steppe large-scale folk movements displaced segments of population, some of whom moved into Asia Minor to be used as mercenaries in conflicts between the Assyrians and the kingdom of Urartu. On the European peninsula three distinct cultural systems emerged: Atlantic, Nordic, and Urnfield. Copper and tin were extensively mined to make bronze, which was traded over long distances. Within the Urnfield zone several distinct cultural groupings can be recognized. It was within the Atlantic zone that the Celtic language probably emerged.

Fonte: CUNLIFFE, 2018, p. 432

É deste período que as primeiras movimentações de falantes de língua grega se dão no Egeu de modo a culminar no que denominamos cultura grega. Na costa do Levante, o desenvolvimento das comunidades nomeadas fenícias iria exercer um papel relevante nas transações comerciais entre o Leste, com os povos da Mesopotâmia como babilônios e assírios, por exemplo, e comunidades do extremo Oeste na fachada atlântica (ibidem, p. 96). Nesta última região, de maneira mais restrita, grupos da Europa Insular realizavam trocas comerciais, sobretudo de metais, com comunidades da Península Ibérica, e possivelmente interferiram também na economia do Egeu (ibidem, p. 97). Por fim, e de maneira ainda um pouco incerta, há indicações de movimentos populacionais e de grupos da estepe pântica – também denominados cimérios - em direção à Europa Central (ibidem). Estas informações são sobretudo relevantes se levarmos em conta que estas comunidades são enfaticamente caracterizadas pela sua relação com os cavalos, elemento este de grande importância cultural para o

desenvolvimento das aristocracias referentes às culturas arqueológicas de Hallstatt C e D.

Hallstatt C e D estão inseridas na I Idade do Ferro, sendo que a primeira compreende o arco cronológico de 800 a 600 a.C. e a segunda entre 600 a 475 a.C. (HAYWOOD, 2009, p. 16; JAMES, 1998, p. 20). Além da possível influência dos cavaleiros pânticos para o desenvolvimento da cultura arqueológica de Hallstatt C, John Haywood (2009, p. 18) também elenca a hipótese de que as aristocracias tenham tido um franco destaque à altura por conta do aumento populacional e à conseqüente necessidade de produção agrícola. Desta forma, o poderio das elites se concentraria também por meio de domínio do trabalho, da produção e de excedentes agrícolas. Barry Cunliffe (2018, pp. 102-103) concentra o destaque do desenvolvimento das aristocracias de Hallstatt C no demonstrar poder através do *display* de elementos culturais externos à produção local – elemento este que se tornaria ainda mais escancarado com a cronologia de Hallstatt D. O autor sintetiza muito bem as “quebras” dos elementos culturais que podemos perceber entre os “Campos de Urnas” e Hallstatt C: “The long slash sword suitable as a cavalry weapon, horses, ceremonial vehicles, the rite of inhumation, and the widespread use of iron for weapons [...]”

O período cronológico de Hallstatt D (600-475 a.C.) apresenta uma guinada de perspectivas geográficas e arqueológicas: se até Hallstatt C tivemos uma concentração de sítios arqueológicos ao longo do Danúbio, Áustria, Sul da Alemanha e Boêmia (HAYWOOD, 2009, pp. 16-17) em Hallstatt D há uma “ocidentalização” para o leste da França e sudoeste da Alemanha (JAMES, 1998, p. 21), com foco nos rios Reno, Neckar, Mosela, Sona, Sena e somente extensões superiores do Danúbio (HAYWOOD, 2009, p. 18). Temos nesse período o ápice da centralização do poderio das elites, de modo que muitas fortalezas em colinas - que já eram testemunho da disposição de poder e diferenciação social nas primeiras balizas cronológicas de Hallstatt - são abandonadas para que outros poucos centros agora maiores e mais centralizados possam se estabelecer. É deste período que o fenômeno conhecido como “enterramentos principescos” (ibidem) se destaca, uma vez que os mortos sepultados haveriam de ser os próprios dirigentes dessas novas

fortalezas de altura ou de poucos membros das elites - pois assistir-se-ia à centralização da disposição do poder inclusivamente nos meios funerários.

Estes “enterramentos principescos” apresentam uma característica interessante que possibilita ligarmos a um outro fenômeno de grande relevância em Hallstatt D: o espólio funerário possui cariz notadamente de importações. Ademais, é significativo aliarmos esta questão ao fato destes elementos de cultura material estarem muito concentrados somente nos sepultamentos das elites – ainda que sejam de tipologias muito específicas ligadas às funcionalidades dos rituais de comensalidade e do vinho -, sendo majoritariamente ausentes em demais contextos arqueológicos fora das fortalezas em altura (HAYWOOD, 2009, p. 20; JAMES, 1998, p. 24). Dentre os grupos étnicos responsáveis pela maior parte das importações de artefatos para as comunidades célticas de então podemos citar os gregos e os etruscos (JAMES, 1998, p. 21); no entanto, em aspecto mais genérico, estes grupos citados conotam uma perspectiva comercial mais direcionada para o Mar Mediterrâneo (HAYWOOD, 2009, p. 19). Esta questão se tornou mais flagrante devido aos movimentos colonizacionais dos gregos, sobretudo se levarmos em conta o estabelecimento da primeira colônia de gregos foccus da costa da Eólia em 600 a.C. no sul da atual França, em Marselha (CUNLIFFE, 2018, p. 103; HAYWOOD, 2009, p. 19; JAMES, 1998, p. 21; KRUTA, 1989, p. 63). Além de terem causado um recuo da hegemonia comercial etrusca na região, a posição estratégica de Marselha quanto ao interior do continente – e aos povos célticos -, com o rio Ródano e sua localização média entre a Península Ibérica e a Itálica, foi certamente considerado no estabelecimento da colônia pelos gregos (CUNLIFFE, 2018, pp. 103-104).

Neste cenário de relações comerciais entres os grupos célticos “interioranos” e as populações mediterrânicas costuma-se criar uma ideia de contribuições unilaterais, como se somente estes últimos tivessem contribuído para o desenvolvimento dos primeiros (JAMES, 1998, p. 25). Isto se deve à falta de conhecimento acerca da natureza com que essas relações ocorriam: se por meio de oferendas ou trocas, por exemplo. Esta ausência de informações se dá até mesmo quanto aos produtos que poderiam ser providos às sociedades

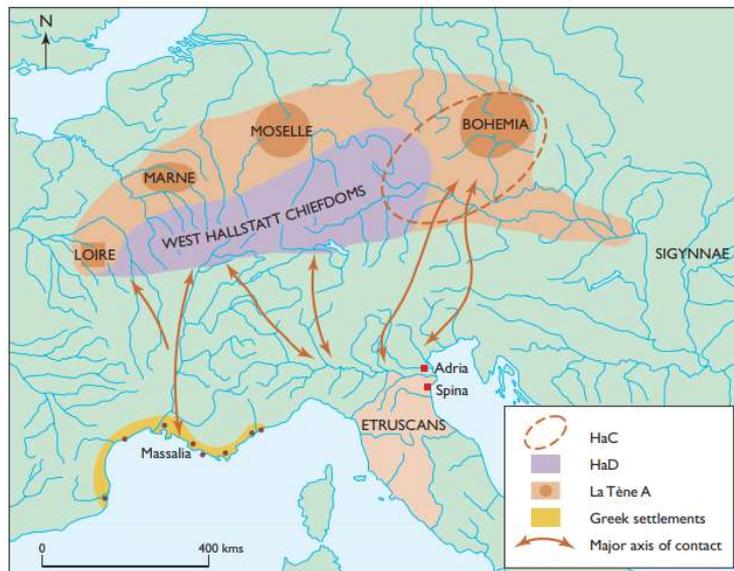
mediterrânicas advindas dos povos célticos – John Haywood (2009, p. 20) e Simon James (1998, p. 24) elencam hipóteses de produtos “mais mundanos” como cereais, metais, peles e “escravos”. Entretanto, talvez a escassez de dados conote mais um olhar etnocêntrico quanto aos povos célticos herdeiro dos estereótipos da Modernidade com foco nas civilizações da Antiguidade Clássica. É mister lembrar nestas situações que outros grupos étnicos que não aqueles comumente associados ao mundo grego e itálico influenciaram na etnogênese (KALIL & NAVARRETE LIÑARES, 2017, p. 323) dos povos célticos (elemento de fácil lembrança se nos direcionarmos para as periodizações de Hallstatt A e B, sobretudo). Ademais, Simon James (1998, p. 25) cita comunidades célticas muito próximas das colônias gregas do rio Ródano, cujo registro arqueológico apresenta cultura material de produção grega mas fora das fortalezas de altura e dos “enterramentos principescos”. Além disso indica também sítios arqueológicos na Boêmia cuja conformação pode sugerir um “desenvolvimento civilizatório” sem apresentar, contudo, influência de cultura material grega alguma. Seria salutar pensarmos também na agência céltica em suas relações com gregos e etruscos. Esta pode ser observada, por exemplo, na inventividade em “adaptar” os elementos exógenos nos trabalhos técnicos metálicos, como na ourivesaria, produzidos pelos povos célticos (CUNLIFFE, 2018, p. 126).

Este cenário “estável” de relações comerciais entre as populações célticas e os povos mediterrânicos iria se modificar nos períodos seguintes, nos quais assistimos ao “fim” das opulentas sociedades de Hallstatt D e ao “dealbar” da cultura arqueológica de La Tène. Apesar das dificuldades em se estabelecer um rigor cronológico para essa “transição” – sobretudo se pensarmos nas questões de “continuidades” passíveis de atenção na produção de Cunliffe (2018, p. 125) – podemos estabelecer as balizas cronológicas por volta de 450 a.C. Esta “transição repentina” se dá no registro arqueológico através do abandono – e até destruição - das grandes fortalezas em altura e também dos “enterramentos principescos” (HAYWOOD, 2009, p. 21; JAMES, 1998, p. 29). Ademais, a cultura material arqueológica de Hallstatt se difere da de La Tène em alguns sentidos complementares: os armamentos presentes em contextos funerários da primeira possuem um aspecto inclinadamente ostentatório, de maneira contrária, em La Tène, as armas depositadas foram “feitas para combater”. Outro elemento que

poderíamos tomar – com algum cuidado – como fósil diretor dos contextos mortuários de La Tène são as carruagens/carros funerários de duas rodas ao invés de quatro – específicos dos contextos de Hallstatt –; esta questão coincide com as informações que foram dadas sobre os armamentos, uma vez que é levantada a hipótese que os carros de duas rodas pudessem estar associados à situações de combate (HAYWOOD, 2009, p. 22).

As razões para este fenômeno não são muito bem elucidadas, existindo hipóteses mais genéricas que entendem, por exemplo que o colapso da cultura arqueológica de Hallstatt é um exagero (JAMES, 1998, p. 30) ou “contradições internas e [...] deteriorações climáticas” (KRUTA, 1989, p. 72). Podemos enxergar em Barry Cunliffe (2018, p. 125) a apresentação de alguns indícios que podem corroborar para a primeira das hipóteses, nomeadamente no que tange às “permanências” de elementos da cultura material arqueológica existentes entre os períodos de Hallstatt D e La Tène A (450 – 350 a.C.) no vale do Marne, no médio Reno e na Boêmia. Todavia sobressaem as explicações que tangem à mudanças de caráter econômico e ao desenvolvimento de novos centros sociais e chefaturas mais ao norte (entre o rio Loire e a Boêmia) da área geográfica referida à cultura arqueológica de Hallstatt D (HAYWOOD, 2009, p. 21; JAMES, 1998, p. 30). A primeira das hipóteses tem sustentação na aparente interrupção dos contatos comerciais com Marselha através do rio Ródano (JAMES, 1998, p. 29), uma vez que a colônia grega se concentrava no conflito com comunidades célticas e lígures da região da Provença e em um acirramento da competição comercial com os etruscos, que através do rio Pó criavam novos entrepostos comerciais na Península Itálica (e no delta deste mesmo rio) com feitorias greco-etruscas em Ádria e Spina (ibidem; KRUTA, 1989, p. 63 e 78).

Figura 4: Expressão territorial de desenvolvimento das culturas arqueológicas de Hallstatt C, D e La Tène A. São marcados também os assentamentos gregos e o território ocupado pelos etruscos, com os quais as comunidades célticas mantiveram contato.



5.28 Map showing the shift of centres of power from c.700 to c.400 BC. The rich 'horsy' burials of the Hallstatt C period focused on the region from Bohemia to the Upper Danube. Hallstatt D power represented by the West Hallstatt chiefdom zone developed further west in the sixth century. Early La Tène aristocratic cultures emerged in four regions—the Loire, the Marne, the Moselle, and Bohemia—on the northern periphery.

Fonte: CUNLIFFE, 2018, p. 125

## 1.2 O PERÍODO DAS “MIGRAÇÕES” CÉLTICAS E O CONTATO DIRETO COM OS ROMANOS NAS GÁLIAS

A cultura material arqueológica de La Tène se enquadra em um período que pode ser denominado “Migrações” (450 - 50 a.C.), durante o qual os povos célticos irão se deparar mais diretamente com os romanos – e serem registrados por estes em seus documentos - e outros grupos étnicos de contextos geográficos e culturais diversos. É interesse do presente trabalho se dedicar a compreender - por um viés específico - o primeiro dos “encontros”; no entanto, antes de tal, é necessário que se entenda a discussão acerca das finalidades e características dos movimentos migratórios das comunidades célticas “latenianas”. De maneira genérica são duas respostas a estes últimos questionamentos sobre as migrações que sobressaem: crescimento demográfico e interesse em produtos advindos da Península Itálica (CUNLIFFE, 2018, pp. 132-133; HAYWOOD, 2009, p. 24; JAMES, 1998, p. 31). A primeira das respostas pode ser percebida nos registros do século I a.C. de Tito Lívio, relacionando o aumento populacional com a potencialidade agrícola (CUNLIFFE, 2018, p. 132). Para Barry Cunliffe (*ibidem*, p. 138) a inflação no número de pessoas consequentemente estimula a disputa entre as elites, o que sob um sistema social de guerreiros e ostentação de poder, teriam como sustentadores as invasões e os movimentos migratórios. Esta hipótese, entende Cunliffe (*ibidem*, p. 155) que tem como raiz das disputas entre elites célticas com enfática expressão de status as “incursões” (*ibidem*, p. 155, tradução nossa). Já a segunda das hipóteses parece ser, então, uma questão secundária mas plausível, de modo que é registrada por Tito Lívio e Plínio, o Velho, que dá à ela um tom anedotal (*ibidem*, p. 133).

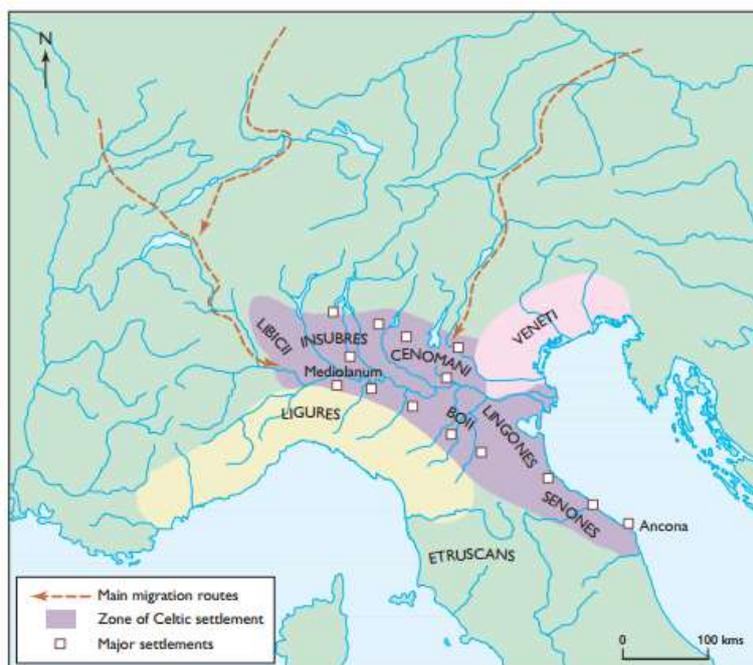
Tito Lívio também nos apresenta documentos escritos que narram sobre eventos e personagens míticos (ou possivelmente evemerizados?) advindos da região para além dos Alpes que, a partir de movimentos migratórios, se estabelecem em muitas regiões europeias, inclusive na Península Itálica – onde se depararam com os etruscos, e depois com os romanos (*ibidem*, p. 140). Por conta da diversidade cultural existente no seio dos grupos célticos, não se convém assumir que tenha existido uma unicidade “ideológica” nas

movimentações demográficas, uma vez que a variação se expressava nas próprias características migratórias, que variava, por exemplo, na parcela de um determinado grupo étnico que migrava enquanto o restante permanecia em seu território de origem (HAYWOOD, 2009, p. 24). Tito Lívio relata que as primeiras migrações dos povos célticos para a Península Itálica ocorrem no período monárquico da história de Roma, durante o reinado de Tarquínio Prisco. O historiador romano indica Ambicato, rei *biturigii* que governava os celtas da Gália, como indivíduo de enorme capacidade que, por isso, viu crescer exponencialmente sua riqueza e população. De modo a controlar o aumento da densidade demográfica, Ambicato divide riquezas com seus sobrinhos Belloveso e Segoveso, os quais serão os responsáveis por liderar as expansões pelo território do continente europeu (ibidem, p. 25; KRUTA, 1989, p. 77). Outros autores clássicos não aceitam as datas indicadas por Tito Lívio e as reduzem para os 400 a.C., no entanto, as fontes arqueológicas nos dão uma tonalidade diferente à questão. A cultura arqueológica dita Golasecca (JAMES, 1998, p. 35; KRUTA, 1989, p. 78) tem raízes no século IX a.C., estabeleceu-se nas regiões do Piemonte e da Lombardia e apresenta similitudes – além de serem parcialmente coetâneas – da cultura arqueológica de Hallstatt. Ademais, foram encontradas inscrições na língua céltica lepôntica nas mesmas regiões que datam do século VI a.C., período cronológico anterior aos historiadores discordantes de Lívio (HAYWOOD, 2009, p. 26).

Muitos grupos étnicos célticos migraram para a Península Itálica, como os *cenomani*, *lingoni*, *saluvi*, *boii* e *senoni* – estes últimos os quais realizaram a última grande migração para a península por volta de 400 a.C. (ibidem) (vide Figura 5). Estas nomenclaturas são passíveis de serem utilizadas para que se saiba a origem territorial do migrantes, no entanto é capcioso assumir esta ligação direta. Em contrapartida, o registro arqueológico que circunda o século V a.C. de regiões como Marne-Moselle e Boêmia aponta para um raleamento do índice demográfico, o que poderia corroborar para movimentos migratórios de grupos étnicos (ibidem, p. 27). Estes, ao chegarem na Itália estabeleceram tipologias de contato variados com as populações já assentadas. Destacam-se pelas fontes escritas romanas - mas também por cultura material arqueológica - o contato com etruscos através de conflitos e guerras. No entanto, o registro

arqueológico abaixo do rio Pó demonstra outras possíveis naturezas relacionais, uma vez que existem sítios arqueológicos cemiteriais – como é o caso de ocorrências em Felsina (Bolonha) - que apresentam enterramentos de indivíduos etruscos ao lado de gauleses. John Haywood (ibidem) entende que os migrantes não realizaram ações dizimatórias com as populações já antes estabelecidas, mas que houve sim, uma formação de elites sociais de origem céltica.

Figura 5: Migrações célticas para o vale do Rio Pó, na Península Itálica, com destaque para as nomenclaturas dos grupos étnicos.



6.3 The Celtic tribes of the Po valley and the migration routes by which they arrived. The Ligurians and the Veneti were indigenous peoples.

Fonte: CUNLIFFE, 2018, p. 136

Já o primeiro contato entre estes grupos célticos migrantes – aqui especificamente os *senoni* – e os romanos se deu por meio de uma “falha” de mediação por conta destes últimos em um conflito entre os *senoni* e os etruscos de Clusium em 391/387 a.C. (CUNLIFFE, 2018, p. 140; HAYWOOD, 2009, p. 28; JAMES, 1998, p. 34; KRUTA, 1989, p. 78). Por terem quebrado um requisito fulcral em um mediação de contenda, isto é, se aliado aos etruscos e virado contra os *senoni* que tiveram um de seus líderes assassinado, dos romanos foi exigida a execução de um dos seus diplomatas. Estes que recusaram a exigência, viram então um exército gaulês liderado por Breno derrotar parte de seu exército no rio Ália, que próximo de Roma, denunciava uma invasão à cidade em 390/386 a.C. (CUNLIFFE, 2018, p. 140; HAYWOOD, 2009, p. 28).

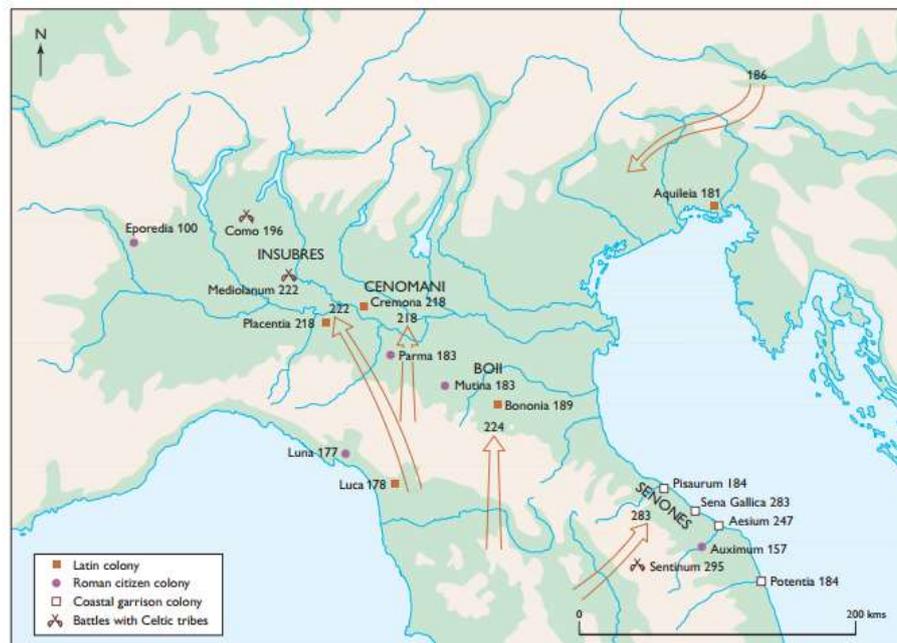
Esta foi sitiada e saqueada durante sete meses e somente o deixou de ser após os romanos terem se decidido a pagar uma elevada recompensa aos gauleses. O retorno destes ao seu território na Península Itálica é fruto de debate, de modo que são levantadas hipóteses que tangem o isolamento dos gauleses em território hostil; ataques que estariam sofrendo pelos *veneti* (um grupo étnico não céltico) no Nordeste da Itália e até mesmo que os romanos perseguiram os gauleses e os derrotaram. Entretanto, as circunstâncias que fazem pano de fundo à estas partes do episódio são nebulosas (ibidem, pp. 28-29). Houve no século IV a.C. várias situações de conflito entre os romanos e os gauleses, no entanto, nenhuma pôde superar a preponderância dos acontecimentos de 390/386 a.C., pois como um fantasma, assombrou a memória e o imaginário romano – Simon James (1998, p. 34) denomina isso de “*terror Gallicus*”. Corroboração à esta afirmação a justificativa de invasão de Júlio César à Gália Transalpina, de modo que o ditador utilizou no século I a.C., uma forma de garantir a confiança do povo romano em sua empreitada através da incitação do medo de um possível segundo estado de sítio e saque (HAYWOOD, 2009, p. 29). Os conflitos entre os romanos e os povos célticos da Gália Cisalpina somente aparentavam cessar em 334 a.C. através de um acordo de paz após diversas vitórias dos primeiros (ibidem).

Este tratado de paz se mostraria quebrado nas décadas que se seguiram no século III a.C. por questões que John Haywood (ibidem, p. 61) entende das dinâmicas de manutenção do poder das elites guerreiras dos povos célticos e da do desenvolvimento que Roma tomava na Península Itálica. Ademais, é importante recapitular que a grande heterogeneidade era uma característica notável entre os povos célticos não nos faz espantar que em 299 a.C. os gauleses tenham se aliado aos etruscos – anteriormente inimigos em Clusium – em uma incursão no território romano; ao que seguiram também os samnitas dois anos depois (ibidem). Houve até a década seguinte episódios de grupos étnicos específicos de gauleses com povos itálicos com vistas a formar coalisões contra os romanos, os quais puderam ser em algumas ocasiões derrotados, mas também vencedores, tendo inclusive conquistado os *senoni*. Houve um vácuo temporal de conflitos, mas esta chama foi reaccesa em 225 a.C. pelos *boii* que estavam insatisfeitos com uma ação anterior dos romanos. Estes,

em 232 a.C., por meio de uma estratégia social interna, direcionaram as terras conquistadas dos *senoni* para o assentamento de concidadãos pobres. Juntaram-se então aos *boii* outros grupos célticos que enviaram exércitos a território romano.

Se no início do século III a.C. o exército romano já tivesse se mostrado forte nas empreitadas contra as coalisões entre gauleses e povos itálicos, agora a mudança se mostrava exponencial. Ocorre que até 225 a.C. Roma conquistara toda a parte meridional e central da Península Itálica, tendo também se tornado um poder hegemônico no Mediterrâneo Ocidental após a Primeira Guerra Púnica (264-241 a.C.) (ibidem, p. 63). Assim, a marcha entre os *boii* e seus aliados se mostrou significativa contra os romanos até que, atingindo Télamon (JAMES, 1998, pp. 84-85; KRUTA, 1989, p. 95), a 160 km ao norte de Roma, foram surpreendidos por exércitos romanos vindos do norte e do sul, que derrotaram a coalisão céltica. Os primeiros, depois desta vitória, se direcionaram para Mediolanum, reduto do grupo étnico dos *insubrii*; conquistando-os, complementaram assim a anexação da região da Gália Cisalpina em 222 a.C. A consolidação desta conquista foi interrompida pela Segunda Guerra Púnica em 218 a.C., situação esta vista por alguns gauleses como uma possibilidade de se desvencilhar do jugo romano. Alguns guerreiros e mercenários (CUNLIFFE, 2018, p. 141 e 312; JAMES, 1998, p. 122; KRUTA, 1989, p. 79) se juntaram a Aníbal – provenientes, por exemplo, do grupos dos *boii* e dos *insubrii* – que já contava com a colaboração de um contingente de celtiberos. Entretanto, não somente algumas comunidades célticas como outros povos itálicos se mantiveram juntos à Roma (HAYWOOD, 2009, p. 64). Ainda que tenham derrotado um grande número de soldados romanos na Batalha de Canas em 216 a.C., os cartagineses renderam-se aos romanos em 201 a.C.; ocasião esta que pôde dar aos romanos a oportunidade da última investida contra os grupos célticos que se viraram contra Roma na Segunda Guerra Púnica. Os *boii* finalmente se renderam ao domínio romano em 191 a.C., o que possibilitou que a Gália Cisalpina, em sua região abaixo do Rio Pó fosse paulatinamente ocupada por colonos da Península Itálica (ibidem, p. 65).

Figura 6: Região setentrional da Península Itálica nos séculos III e II a.C., com destaque para as localidades nas quais as comunidades célticas sentiam o expansionismo romano, tendo em alguns casos sido palco de conflitos.



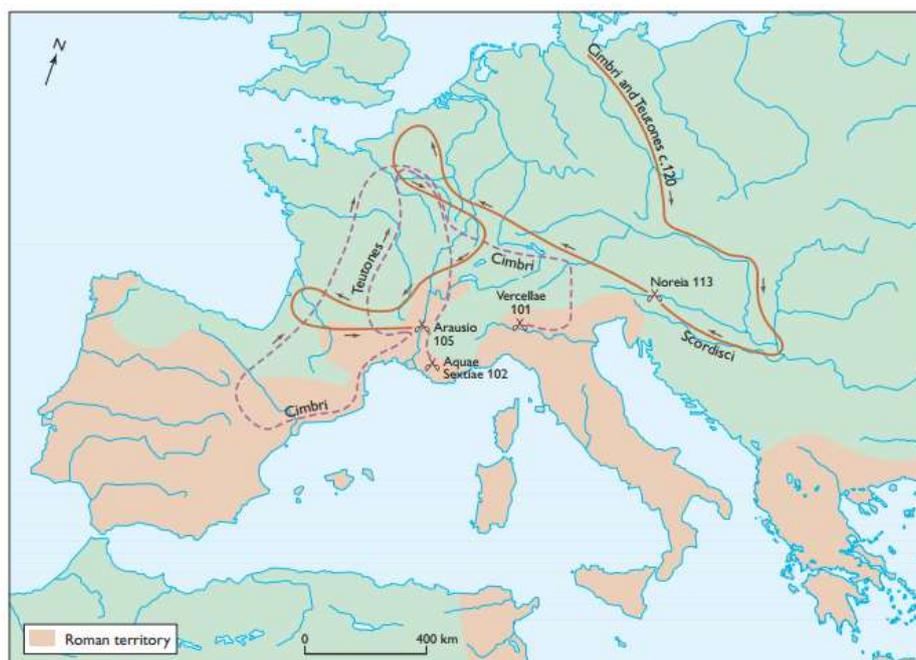
6.5 Northern Italy in the second century bc, at the time when the Celts were coming under pressure from the advancing Romans.

Fonte: CUNLIFFE, 2018, p. 143

Já a região acima do rio Pó e dos Alpes, a Gália Transalpina, ainda seria palco de conflitos entre povos célticos e romanos até o completo domínio de Júlio César da Transalpina em 50 a.C. – mesmo que depois disso outros territórios da Europa Continental apresentassem focos de resistência céltica à conquista romana (ibidem, pp. 86-87). Ao final da Segunda Guerra Púnica e a anexação da Península Ibérica, a região do Sul da Gália (CUNLIFFE, 2018, p. 313; JAMES, 1998, p. 46) apresentava focos de comunidades célticas avessas aos romanos ainda que algumas cidades gregas – e algumas populações celtas – se mostrassem amistosas (HAYWOOD, 2009, pp. 71-72) e abertas ao exercício da atividade econômica (CUNLIFFE, 2018, p. 321). Por conta desta movimentação romana para o oeste por meios terrestres se mostrar comprometida, houve conflitos em 125 a.C. contra os grupos étnicos dos *saluvii*, *voconci*, *arverni* e *alobrogi*, completando em 118 a.C. a conquista da costa mediterrânea ao sul da Gália Transalpina (HAYWOOD, 2009, p. 72; KRUTA, 1989, p. 96). Entretanto, no período entre 110 a.C. e 101 a.C. os romanos enfrentariam outras comunidade célticas da Gália Transalpina com o diferencial que agora algumas das mesmas haviam se aliado aos grupos germânicos – ou mesmo célticos (CARROLL, 2005, p. 10; CUNLIFFE, 2018, p. 327; 352) - dos *cimbri* e *teutoni*

(JAMES, 1998, p. 46; KRUTA, 1989, p. 96), que há algumas décadas haviam migrado para a Europa Continental desde a Jutlândia, na Dinamarca. Apesar das baixas romanas nos conflitos, as comunidade célticas envolvidas foram dominadas e os germânicos derrotados (HAYWOOD, 2009, p. 73).

Figura 7: Migrações dos *cimbri* e *teutoni* no final do século II a.C. e participação nos conflitos entre os grupos célticos da Gália Transalpina e os romanos.



29 The movements of the Cimbri and Teutones. The migration of two northern tribes, the Cimbri and the Teutones, caused much disruption in Europe between c.114 and 101 BC. Travelling so far and over such a long period, these migrating groups likely gathered followers as they progressed. After beating Roman armies on several occasions, they were eventually defeated by Marius in 102 and 101, removing what was widely perceived to be a serious threat to Rome itself.

Fonte: CUNLIFFE, 2018, p. 461

Agitações sucederiam mais tarde na Gália Transalpina, no entanto agora seria Júlio César a incitar a atenção dos romanos novamente. As questões que o ditador (e mais recentemente governador da Transalpina) elencara de modo a obter apoio social e político – do Senado - foram o receio de um novo ataque à Roma - como uma memória traumática do Saque de 390/386 a.C. (ibidem, p. 29) e a possibilidade de haver uma desestabilização nas transações econômicas entre Roma e a Gália Transalpina (ibidem, p. 76). A partir de 58 a.C. César derrota o grupo étnico dos *helvetii* – a maior comunidade da região alpina – (JAMES, 1998, pp. 124-125) e os *suevi*, e se envolve em uma disputa entre grupos célticos se colocando ao lado dos *aedui* contra os *sequani* e *arverni*, que são dominados (HAYWOOD, 2009, pp. 76-77). É neste contexto que Júlio César inicia a escrita do “*De Bello Gallico*”, um relato de suas campanhas na Gália

Transalpina que, apesar de sua natureza parcial e de autoengrandecimento político, é uma das principais fontes históricas para o estudo do contexto (CUNLIFFE, 2018, p. 355; JAMES, 1998, p. 124). Nos seguintes anos de 57 e 56 a.C., sua campanha militar se expande para os territórios dos *belgae* em direção ao norte e à noroeste, onde guerreou contra grupos célticos armoricanos. Estes últimos conflitos foram de importância ímpar para os romanos, uma vez que puderam ver livre o canal de comunicação com a Grã-Bretanha (HAYWOOD, 2009, p. 77).

Preocupado com a invasão que liderava à Grã-Bretanha, que era considerada um lugar muito além do mundo conhecido pelos romanos (CUNLIFFE, 2018, p. 358; HAYWOOD, 2009, p. 79) e tinha portanto exponents relevância, César encontra os espaços setentrionais e centrais da Gália Transalpina em instabilidade política. Ao norte, os *eburoni* chefiados por Ambiorix (CUNLIFFE, 2018, p. 359; JAMES, 1998, p. 126) se viraram contra Roma e com alguns outros grupos célticos eliminaram grande número de soldados romanos – dentre os quais, inclusive, houve aqueles que possuíam origem céltica cisalpina (HAYWOOD, 2009, p. 79). Ao centro, César suspeitava que houvesse de maneira escusa uma manobra conspiratória por parte dos *carnuti* e *senoni*, que ausentes de uma reunião das lideranças gaulesas convocada pelo governador romano, sofreram represália e tiveram um chefe *senoni* morto (ibidem, p. 80). Por conta disso, houve uma revolta dos *carnuti* na região central da Gália Transalpina, que influenciou Vercingetorix, um indivíduo do grupo étnico dos *arverni* a buscar unir várias comunidades na maior investida de conglomerados célticos contra a dominação romana (CUNLIFFE, 2018, p. 360; HAYWOOD, 2009, p. 81; JAMES, 1998, p. 126) (vide Figura 8). Alguns grupos dentro dos povos célticos se colocaram contrários à ideia de Vercingetorix, sobretudo porque já haviam sido estabelecidas relações amigáveis entre membros da elite e os romanos; no entanto, não houve força o suficiente para que a empreitada de Vercingetorix não se materializasse (HAYWOOD, 2009, p. 81). A sua força e da coligação com as comunidade célticas, em um momento quase conseguiu com que Júlio César e seu exército fossem expulsos da Gália e retornassem ao território italiano. No entanto, a resolução destes episódios de conflitos centra-se no cerco feito pelos romanos

à Alésia (52 a.C.), território no qual Vercingetorix e outros guerreiros se abrigavam. Depois de dias de cerco, conflitos internos que falharam em quebrar o bloqueio romano e tentativas externas de resgate por parte de outras comunidades célticas, Vercingetorix se entrega e a maioria dos indivíduos é escravizada – excetuam-se os *aedui* e *arverni* com os quais os romanos gostariam de manter boa relação (ibidem, p. 84).

Poucos foram os focos de “rebelião” céltica que se marcaram na Gália após o episódio de Alésia: alguns com tratamentos mais “amenos” por parte dos romanos e outros mais aterrorizantes como o último foco de resistência gaulesa em Uxellodunum (51 a.C.), que resultou na decepção de mãos de todos aqueles sobreviventes que se colocaram contra Roma (ibidem). Com a expiração do tempo das campanhas militares de Júlio César na Gália Transalpina em 50 a.C. e seu retorno à Itália, ocorrem as Guerras Civis Cesarianas a partir de 49 a.C., que juntamente com outros episódios referentes a este período de crise civil, prenunciam o colapso da República Romana. Após o advento do Império com Octávio Augusto em 27 a.C., na Europa Continental somente as regiões noroeste da Península Ibérica (CUNLIFFE, 2018, p. 365) e o centro do território de Hallstatt na Europa Central ainda apresentavam comunidade célticas que não haviam passado pelo domínio romano, o que no entanto iria ocorrer até 9 a.C. (HAYWOOD, 2009, p. 87).

Figura 8: Moeda em ouro cunhada pelo grupo étnico dos *arverni* por volta de 51 a.C., representa Vercingetorix.



13.6 Vercingetorix, a noble of the Arverni, became war leader in 52 BC, spearheading the revolt of the Gaulish tribes against Caesar. He and his followers were eventually besieged at Alesia and forced to surrender to the Romans. After years in a jail in Rome he was strangled as part of Caesar's triumph. The coin is a gold stater of the Arverni struck in central Gaul c.51 BC.

Fonte: CUNLIFFE, 2018, p. 361

## 2 O NASCIMENTO DE ROMA E O PERÍODO MONÁRQUICO

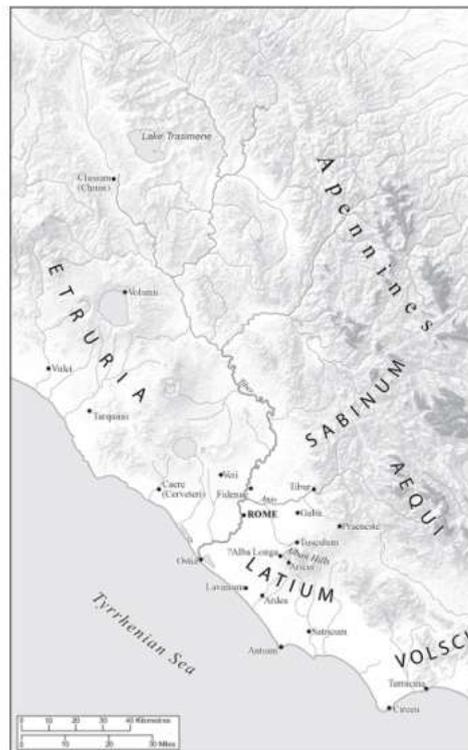
Costuma-se assinalar os anos de 754/753 a.C. como a fundação da cidade de Roma por Rômulo, que por sua vez teria sido o primeiro rei a inaugurar o período tradicionalmente denominado de Monarquia (754 – 509 a.C.) (DE SANT'ANNA, 2015, p. 24; LEÃO & BRANDÃO, 2015, p. 50). Neste, outros seis governantes iriam dar continuidade à gestão do poder na cidade antes que se pudesse haver a transição para o período da República (509 – 27 a.C.) (DE SANT'ANNA, 2015, p. 13), que é de maior interesse neste estudo. No entanto, no que tange ao estatuto feminino na sociedade romana, é importante que se desenvolva uma investigação de escala cronológica anterior ao próprio período republicano, uma vez que as imagens acerca das mulheres possuem origem e passam por uma cristalização – ainda que fragmentária (RAWSON, 2006, p. 326) - antes mesmo da República.

Ocorre que o período da Monarquia é caracterizado por registros de escritores romanos – como Tito Lívio - que vieram a registrar sobre tal somente no século I a.C. (BEARD, 2017, pp. 24-25). Ainda assim, existe uma influência mítica nas narrativas fundacionais de Roma, com, é claro, um tom propagandístico. De forma similar os elementos de cultura material arqueológica deste período cronológico são escassos, de difícil datação e muitas vezes não coincidem com as fontes escritas, o que torna o discurso historiográfico ainda mais indistinto (ibidem, p. 58). Exemplo disso é a própria data provida pela Arqueologia quanto à fundação de Roma, no século VII e não no VIII, como tradicionalmente é assumido (LEÃO & BRANDÃO, 2015, p. 44). As consequências disso tangem uma relação orgânica de aproximações e distanciamentos com os registros literários, o que demanda a todo tempo uma reformulação de hipóteses (ibidem, pp. 45-46). Apesar de parecer “desestimulante” a imprecisão quanto à fundação de Roma e ao seu período monárquico se partirmos de um entendimento muito restrito sobre registro “histórico”, na realidade, a intercessão heterogênea de compreensões acerca deste processo revela elementos de riquezas simbólicas e identitárias acerca dos romanos (ibidem, pp. 35-36).

Algumas informações, no entanto, que tangem elementos de natureza geográfica e arqueológica podem nos prover de um vislumbre mais específico sobre o território no qual haveria de ser fundada Roma e até mesmo elementos socioculturais que precedem à formação da sociedade “romana”. A sua localização podia aprovisionar de recursos úteis tanto à proteção contra ataques inimigos quanto à propiedade comercial. No primeiro dos casos, tinha uma relação estratégica com corpos d’água – ainda que houvesse dificuldades quanto a seu entorno lacustre -: localizava-se recuada do mar Tirreno e era protegida pela conjunção de pântanos e o rio Tibre, ademais, ocupava a parte mais ocidental de um planalto que se conectava com os Montes Albanos. No segundo dos casos, localizava-se no cruzamento entre a Etrúria ao norte, a própria região do Lácio na qual se localizava e a Campânia ao sul; outrossim estava entre a foz do Tibre e a rota para os Montes Apeninos (ibidem, pp. 33-34) (vide Figura 9). Não é difícil compreender portanto, como estas características territoriais certamente influenciaram no desenvolvimento social local até mesmo anterior ao estabelecimento dos romanos. É sabido que no Monte Palatino, - local no qual tanto os registros literários quanto a Arqueologia coincidem como tendo sido o núcleo inicial do desenvolvimento de Roma – pelo menos desde 1000 a.C., grupos sociais já teriam ali se assentado (ibidem, p. 34).

Figura 9: Contexto geográfico de parte da região central da Península Itálica aquando do estabelecimento da cidade de Roma

1 - Early Rome and its neighbours



Fonte: BEARD, 2017, p. 10

Figura 10: Urna de incineração recuperada dos primeiros cemitérios de Roma que possibilitam hipóteses acerca das habitações mais antigas da cidade.



12. A typical cremation urn from the early cemeteries of Rome and the surrounding area. In the form of a simple hut, these houses for the dead are one of the best guides we have to the appearance of the accommodation for the living.

Fonte: Ibidem, p. 83

Para que se tenham algumas ideias de uma conformação genérica dos elementos constituintes do período da Monarquia, podemos partir, a priori, da sequência dos sete reis que governaram Roma através de uma síntese das atribuições de seus principais “feitos”. O primeiro rei, Rômulo – e para além da própria “fundação” da cidade – está relacionado à criação das primeiras

instituições, sobretudo aquelas ligadas à política, nomeadamente as três tribos (cuja raiz é gentílica), trinta cúrias e o senado (ibidem, p. 37). Em seguida, Numa Pompílio, com as instituições de cunho religioso (BEARD, 2017, p. 92), através do estabelecimento dos sacerdócios, por exemplo. O terceiro, Túlio Hostílio, foi marcado pela sua inclinação à gestão militar, como na invasão e anexação do território de Alba Longa e dos Montes Albanos (LEÃO & BRANDÃO, 2015, p. 38). Anco Marcio, também nesse sentido, expande os limites de Roma até Óstia, um porto que foi de grande importância para a história da urbe, além de ter construído a primeira ponte sobre o rio Tibre (BEARD, 2017, p. 92). Lúcio Tarquínio Prisco aumentaria os investimentos na arquitetura como na construção do Fórum (ibidem), de um templo de Júpiter, do Circo Máximo e dos esgotos (LEÃO & BRANDÃO, 2015, p. 38). Sêrvio Túlio realizou implementações em várias esferas da sociedade, sendo que foi de grande relevo para a instituição de elementos relevantes à vida social e política: com as quatro tribos (cuja raiz agora é territorial), as centúrias e o censo (ibidem). Por fim, Tarquínio, o Soberbo, elevou o poderio de Roma ao dominar a extensão da região central da Península Itálica, podendo ter assim investido em elementos arquitetônicos, como o Templo de Júpiter Capitolino (ibidem).

O sistema político da Monarquia é comumente descrito pelos registros literários através de uma organização eletiva na qual aparecem instituições que perdurarão até o período republicano e passarão por reformas no desenvolvimento da história romana. De acordo com Leão & Brandão (ibidem, p. 40), tal sistema pode ser assim compreendido:

[...] Depois da morte do rei, o poder voltava para o senado (*res ad patres rediit*), que estabelecia comissões para ocuparem o governo como *interreges* (reis interinos). O processo prolongava-se por um ano, depois do qual se procedia à reunião dos *comitia curiata*, nos quais o candidato proposto era votado pelo povo (através de uma *lex curiata*) e sancionado pelo senado (pela *auctoritas patrum*). Desta forma, os membros, os *patres*, não seriam elegíveis: faziam a escolha fora do seu círculo, medida que constituía uma forma de prevenir conflitos.

Os mesmos autores salientam que existem críticas à essa percepção política, sobretudo porque a mesma pode ser entendida como um simulacro do sistema político republicano (ibidem). Mary Beard (2017, pp. 98-99) aprofunda esta crítica e a generaliza em um ceticismo mais amplo referente não somente às

instituições políticas mas também aos demais componentes da sociedade. No que tange à figura dos reis, a autora pretende que seja mais coerente entendê-los como chefes guerreiros, homens poderosos e comandantes com exponente prestígio e sustentação de seguidores, do que lançarmos mão das noções modernas e contemporâneas que temos sobre “reis”.

À parte dos poderes do rei e do senado, o povo era um componente que exercia a política através dos já supracitados *comitia curiata*. A base organizacional destes teve origem com Rômulo, como já visto, e se dava através de cúrias, em número de 30, as quais eram divididas em grupos de 10, dando assim origem às três tribos: *Ramnenses*, *Titienses* e *Luceres* (LEÃO & BRANDÃO, 2015, p. 48). No entanto, estas organizações da população possuíam uma função muito direcionada à necessidade institucional política, sendo que, em realidade, a sociedade romana apresentava outras matizes organizacionais ainda mais diversas. Uma caracterização que viria a gerar muitos conflitos em tempos republicanos mas que tem gênese durante a Monarquia é a diferenciação entre patrícios e plebeus. Apesar de ambas partes conterem em si indivíduos com o estatuto de cidadania, a diferenciação entre os mesmos neste primeiro momento ainda é fruto de muita discussão (ibidem, p. 47), de modo que é mais fácil elucidar, no entanto, que os patrícios eram uma minoria numerária. Por fim, há o elemento de conformação social da família, o qual por ser de preponderante relevância para o presente trabalho, será desenvolvido após a indicação de alguns elementos que tangem o imaginário mítico e fundacional de Roma. Isto se justifica pois estas narrativas irão influenciar em profundidade a constituição da instituição familiar e, conseqüentemente, a percepção sobre a figura da mulher romana.

## 2.1 MITOS FUNDACIONAIS E DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E O ESTATUTO FEMININO

A narrativa mítica fundacional de Roma, sobre os gêmeos Rômulo e Remo, já carrega *per se*, algo desagradável para os historiadores modernos, que levantam até mesmo a hipótese de que a mesma possa ter funcionado como antipropaganda pelos inimigos e vítimas de Roma (BEARD, 2017, p. 57). A lenda diz que Reia Sílvia, filha de Numitor, que era rei de Alba Longa (uma cidade ao sul de Roma) foi compulsivamente tornada uma sacerdotisa vestal que deveria manter-se virgem após o seu tio, Amúlio, destronar seu pai. O homem fizera isto de modo que a mesma não pudesse gerar filhos que poderiam em alguma ocasião reivindicar o trono. Ocorre que Reia Sílvia alegou ter sido estuprada pelo deus Marte, do qual gerou e pariu os filhos gêmeos Rômulo e Remo (ibidem, p. 60; SAUTEREAU, 2000, p. 27). Neste ponto da narrativa as opiniões dos escritores romanos se divergem (BEARD, 2017, p. 60; LEÃO & BRANDÃO, 2015, pp. 29-30), de modo que alguns não dão credibilidade à fala da mulher e entendem-na como uma forma de encobrir a sua gravidez através de um homem mortal, o que traria para ela, como sacerdotisa vestal graves problemas. Estas divergências de opiniões talvez não sejam o foco para esta narrativa – ainda que possam demonstrar algum nível de descredibilidade quanto aos discursos femininos -, de modo que é mais interessante podermos perceber o domínio – e a propriedade, como se verá mais adiante – do homem, neste caso Amúlio (figura paternalista que substitui o pai), sobre o corpo da mulher, Reia Sílvia. Ainda que as sacerdotisas vestais tivessem um estatuto muito específico – com “privilégios e desprivilégios” - em comparação com as demais mulheres romanas (FANTHAM *et al*, 1994, p. 235; RAWSON, 2006, p. 328), essa é a narrativa mais fixada e marcante sobre o nascimento dos fundadores de Roma.

Ciente deste fato, Amúlio ordenou que servos jogassem um cesto que continha os gêmeos no rio Tibre, de modo que os mesmos se afogassem. Ocorre que – e as narrativas aqui divergem – este cesto se assentou em uma das margens do rio, por piedade dos servos ou por ocasião natural (BEARD, 2017, p. 60; LEÃO & BRANDÃO, 2015, pp. 28-29), permitindo assim que os gêmeos permanecessem vivos. Neste ponto ocorre um dos episódios mais icônicos da

história de Roma, isto é, a amamentação de Rômulo e Remo por uma loba; acontecido este que precede o encontro dos bebês por pastores que os resgatam e criam. Passado um tempo e já crescidos, os gêmeos se encontram com Numitor em Alba Longa e tomando ciência de sua origem e do destronamento de seu avô por seu irmão Amúlio, fazem com que Numitor retome o trono (BEARD, 2017, p. 61; LEÃO & BRANDÃO, 2015, pp. 28-29). Não permanecendo no entanto na cidade para suceder o avô, os gêmeos se deslocam para o lugar onde foram salvos e estabelecem ali uma colônia de Alba Longa, que seria depois conhecida como Roma. Entretanto, para que isso viesse a ocorrer, ocorreu o desentendimento dos irmãos quanto à escolha da colina de fundação da cidade e seus respectivos limites. É nesta ocasião que Rômulo mata Remo, seleciona o Palatino como colina fundacional e conota o caráter militarizado que haverá a urbe ao proferir: “Assim morrerá quem mais tentar saltar sobre meus muros.” (BEARD, 2017, p. 61).

Neste cenário, Roma pouco se assemelhava com o ideário “civilizacional” que viria a adquirir séculos depois, de modo que é melhor entendê-la de uma forma mais “cética”, como visto em Mary Beard (2017, pp. 98-99), sobretudo no que tange ao desdobramento das instituições da sociedade. No entanto, seu desenvolvimento se deu por conta da sua “abertura” quanto à heterogeneidade de indivíduos neste momento de gênese, de modo que são tradicionalmente referidos grupos masculinos da Península Itálica que já acompanhavam Rômulo (ibidem, p. 61) e “[...] elementos marginais e potencialmente perigosos (pobres, devedores, fugitivos, escravos)” (LEÃO & BRANDÃO, 2015, pp. 28-29). Desta forma, dar-se-iam as primeiras decisões do rei de Roma com vistas à necessidade de desenvolvimento populacional – e de alianças externas - da cidade: a denominação de embaixadores que iriam às comunidades vizinhas apresentar propostas “vantajosas” para que as mulheres pudessem ir à Roma, desposar seus cidadãos e gerarem prole (SAUTEREAU, 2000, p. 94). Foram almejadas sobretudo as vizinhanças dos sabinos e dos latinos, que ao se depararem justamente com uma proposta advinda de indivíduos estranhos e “hostis”, reagiram negativamente à proposta de Rômulo. Assim, seus embaixadores retornaram ao rei, que então propõe um convite às populações

vizinhas – e não somente as mulheres - para festividades religiosas em Roma, o que elas por fim aceitam (BEARD, 2017, p. 62; SAUTEREAU, 2000, p. 94).

É nesta circunstância que ocorre o episódio do “Rapto das sabinas” - ou, de acordo com François Sautereau (2000, p. 102) arrebatamento também de mulheres de outras origens étnicas, no qual os homens habitantes de Roma capturam as mulheres sabinas para que possam então cumprir a ideia inicial de Rômulo de aumento populacional da cidade. Neste sentido, é importante reafirmar a partir de Mary Beard (2017, p. 62) a definição da ligação entre o rapto com o estupro destas mesmas mulheres. É claro que diante desta narrativas, as opiniões dos autores romanos foram enfaticamente marcadas pela reação à violência do ocorrido (ibidem, p. 63) – ainda que em alguns casos chegue-se, por exemplo, a justificar a ação dos romanos por conta da recusa ao “convite” feito a priori – mas talvez seja interessante tocarmos aqui no ponto do casamento. Isto se deve pois é possível aceitar que a partir do “Rapto das sabinas” o casamento fora estabelecido como instituição romana, sobretudo se percebermos as “etapas” rituais dos casamentos religiosos (BEARD, 2017, p. 63; DE COULANGES, 2004, p. 40; FANTHAM *et al*, 1994, pp. 216-217). Outro fator que já podemos perceber nesta narrativa tange à tentativa de estabelecimento de laços interpopulacionais tendo nas mulheres “os meios mediativos” para a concretização da exogamia, um fenômeno que pode ser entendido dentro de elementos inerentes a sistemas sociais dominados por homens (LERNER, 2020, p. 77 e 262). Neste sentido, e ligando a exogamia feminina às alianças intercomunitárias – que até posteriormente se tornam mais bem visíveis em momentos da República e do Império (FANTHAM *et al*, 1994, p. 225) -, os homens sabinos, apesar de terem nesta ocasião deixado suas concitadinas femininas em Roma, iriam retornar depois de algum tempo estabelecendo assim uma guerra contra os romanos. Hersília – considerada uma heroína - e as demais mulheres de Roma (sobretudo as sabinas) solicitaram ao senado a possibilidade de interferirem na peleja se colocando ao lado de seus compatriotas (SAUTEREAU, 2000, pp. 122-123) – o que certamente pode ser considerada uma ocorrência marcante de agência política das mulheres romanas -. Desta forma, foram bem-sucedidas em estabelecer uma contenda,

pois a reivindicação apelava ao mesmo tempo a romanos e sabinos, ambos inseridos no passado e presente destas mesmas mulheres.

Figura 11: Moeda romana em prata datada de 89 a.C. De um lado representa o episódio do “Rapto das Sabinas”, e de outro, o rosto do rei sabino Tito Tácio.



8. This Roman silver coin, of 89 BCE, shows two of Rome's first citizens carrying off two of the Sabine women. The name of the man responsible for minting the coin, almost legible underneath the scene, was Lucius Titurius Sabinus – which presumably accounts for his choice of design. On the other side is the head of the Sabine king, Titus Tatius.

Fonte: BEARD, 2017, p. 63

Por fim, uma narrativa mítica que não diz respeito à fundação da cidade, mas influencia diretamente na transição entre o período monárquico para o republicano se dá com o estupro de Lucrecia. A mudança no regime político quanto, conseqüentemente, o episódio de violência feminina foram alvo de discussão na Antiguidade, na historiografia moderna (DE SANT'ANNA, 2015, p. 25) e contemporânea. Os tempos finais da Monarquia geridos pelos Tarquínios, cuja origem é etrusca, foram marcados por grandes obras infraestruturas – como supracitado com Tarquínio Prisco e Tarquínio, o Soberbo – e desenvolvimentos numéricos da extensão da cidade e de sua população (BEARD, 2017, p. 118). No entanto, também citam-se os suplícios causados por este “desenvolvimentismo tirânico”, sendo o exemplo símbolo o episódio do estupro de Lucrecia (ibidem, p. 119). Tito Lívio nos narra que um grupo de jovens romanos sitiava a cidade de Ardea e, para passar o tempo, apostaram sobre a superioridade de excelência da esposa de cada um deles; Lúcio Tarquínio Colatino propõe então de fazerem a conferência das apostas em suas próprias casas e assim o fazem.

As esposas dos demais apostadores haviam sido descobertas em festas e Lucrecia, esposa de Colatino, pelo contrário, se encontrava em casa, realizando a expectativa de gênero de uma romana virtuosa baseada na pudicícia (*pudicitia*), sinônimo de fidelidade e fertilidade (FANTHAM *et al*, 1994,

p. 225; GOUREVITCH & RAEPSAET-CHARLIER, 2005, p. 87): teava na companhia de suas criadas (BEARD, 2017, p. 120). Sara Pomeroy (1994, p. 199) aponta que o ofício da tecelagem era na sociedade romana enfaticamente “*sex-stereotyped*” tendo como sujeitos as mulheres. Apesar desta informação nos aparentar reducionista se levarmos em consideração sua problemática cultural que se direciona para um “marcador de gênero”, a estereotipia pôde se mostrar na arqueologia – em contextos funerários, por exemplo - e nos registros escritos. Nestes últimos, como é o caso da análise de Fúlvia por Plutarco, a não realização do ofício da tecelagem leva ao entendimento da causa da “masculinidade” da primeira pelo último (ibidem). É arguto pensarmos na ostentação da pudicícia feminina romana entre os maridos, como em uma objetificação, tendo aqui como exemplo uma proposta de aposta por Colatino, mas também como isso gerou um modo de competição entre as próprias mulheres (FANTHAM *et al*, 1994, p. 232). Lucrécia foi tida como símbolo a ser seguido assim como algumas outras mulheres romanas cujos nomes ainda são lembrados, no entanto é importante manter em mente a carga de significantes sobre estas mulheres – principalmente aquelas que têm ligação com relatos míticos (RAWSON, 2006, p. 326) –. De acordo com Moses Finley (2002, p. 148) é justamente pela pervivência de seus nomes que podemos tê-las como “representantes” de famílias, uma vez que até muito tarde na história romana as mulheres careceram de nomes individuais.

Figura 12: Moeda romana em prata da década de 120. Representa a personificação da *pudicitia* de um lado, e o rosto do imperador Adriano do outro.



23. *Pudicitia*, as an important virtue in a woman, was stressed in many contexts. This silver coin of the emperor Hadrian, minted in the 120s CE, shows the personification of *Pudicitia* modestly sitting as a good Roman wife should. Around her, the words ‘COS III’ celebrate Hadrian holding the consulship for the third time, hinting at a connection between public male prestige and the proper behaviour of women.

Fonte: BEARD, 2017, p. 121

Nesta circunstância Lucrécia convidou seu marido e os demais para um jantar, no qual a mesma foi alvo de desejo por Sexto Tarquínio – um dos filhos

de Tarquínio, o Soberbo, rei de Roma neste período -, que noites depois iria retornar à casa e tentaria obrigar Lucrecia a realizar atos sexuais consigo ameaçando-a com um lâmina. Isto não foi o suficiente para convencer a mulher a realizar tais atos, o que levou Sexto Tarquínio a ameaçar assassiná-la juntamente com um de seus homens escravizados, o que levaria às pessoas a entender que a mulher fora flagrada cometendo adultério com um de seus servos – o que seria caracterizado como uma elevadíssima infâmia (DE COULANGES, 2005, p. 98) -. Assim Lucrecia é estuprada por Sexto Tarquínio que após se direcionar para Ardea, a mesma solicita a presença de seu pai e esposo ali, para os quais relata sobre o ocorrido e comete suicídio (BEARD, 2017, p. 120). Neste ínterim, Lúcio Júnio Bruto, companheiro de Colatino, o acompanha e se depara com Lucrecia morta, o que faz com que jurasse livrar Roma da Monarquia. Com o apoio do exército e do povo, consternados com o episódio do estupro, mas também com os suplícios dos Tarquínios no poder, banem Tarquínio, o Soberbo, e seus filhos de Roma (ibidem, p. 122). Depois disso Tito Lívio relata das tentativas falhas de Tarquínio recuperar o poder, sendo que o mesmo recorreu até mesmo ao rei etrusco de Clusium, Lars Porsena para sitiar a cidade. Tarquínio, o Soberbo, foi finalmente derrotado pelos romanos em 490 a.C. na batalha do lago Regilo, quando, por ter sido abandonado por Lars Porsena, se juntou a aliados de cidades latinas.

Assim como todo o período monárquico, outro fator entre a transição de sistemas políticos é nebuloso: alguns historiadores da Antiguidade como Plínio, o Velho, acreditam que após a derrota de Tarquínio, o Soberbo, Lars Porsena tenha governado Roma por algum período (ibidem, p. 123). Não sendo viável atestar esta variabilidade narrativa, é no entanto possível afirmar através da Arqueologia a violência que acompanhou a chegada da República, pois por volta de 500 a.C. o palácio real foi destruído, juntamente com o espaço de reunião da assembleia e o santuário de Hércules. “Os dois últimos edifícios representariam também o poder dos reis, visto que na assembleia os reis [...] se dirigiriam ao povo e no santuário encontrariam a identificação religiosa que os legitimava” (DE SANT’ANNA, 2015, p. 25).

## 2.2 O PAPEL DA RELIGIOSIDADE NA CONSTRUÇÃO DAS DINÂMICAS ENTRE OS GÊNEROS

Em conjunto às narrativas míticas fundacionais de Roma nas quais podemos perceber algumas perspectivas sobre as mulheres, é importante compreender também como a religiosidade e a instituição familiar influenciaram nestas construções. Para tal, deve-se lançar mão de elementos que antecedem até mesmo o período monárquico, ainda que seja importante ressaltar com maior destaque sobre o “alcance” informacional destes dados, assim como assumir os desenvolvimentos posteriores pelos quais estas instituições sociais vieram a tomar (DE COULANGES, 2004, p. 4). Há de se pensar, por exemplo, que aspectos que tangenciam o âmbito de tradições e costumes perviventes no período republicano, e que posteriormente, durante o Império, foram resgatados pois desejava-se “retomar padrões morais mais antigos” que contrapunham elementos “decadentes” do final da República – e que são também reacendidos na Contemporaneidade (GOUREVITCH & RAEPSAET-CHARLIER, 2005, p. 101) -, indicam sua gênese em momentos mais primevos (FINLEY, 2002, p. 151; RAWSON, 2006, p. 326).

Partindo deste pressuposto das variações pelas quais fatores sociais como as ideias e práticas religiosas passaram durante a história romana (como o Hades e a ideia de metempsicose), Fustel de Coulanges (2004, p. 8) assume que a ideia de uma continuidade da vida após a morte vivida por um falecido no mundo sob a terra que aqueles que permaneciam vivos foi uma tônica arraigada. A necessidade de realizar-se um sepultura e prestarem-se frequentemente oferendas como bebidas e comidas é o elemento utilizado pelo autor para sustentar a perenidade destes ritos (ibidem, p. 9). Estes procedimentos buscavam estabelecer uma relação entre os antepassados mortos daqueles que ainda se encontravam vivos por vias “dativas” (MAUSS, 2008, p. 187) de propiciações de benesses, uma vez que o não atendimento a critérios ritualísticos como estes causavam malefícios à ambas partes (DE COULANGES, 2004, p. 10). Neste sentido se estabelece a necessidade do culto aos mortos pelos vivos, uma vez que se entendia após a morte haver um processo de “divinização” dos antepassados, que para os romanos tomam a nomenclatura de

lares, manes ou gênios se possuíssem um aspecto benéfico e larvas se possuíssem um aspecto maléfico (DE COULANGES, 2005, p. 18).

Em confluência com o culto aos mortos - e até mesmo confundindo-se com o mesmo ou não havendo grandes separações entre tais (ibidem, p. 26) - realizava-se também o culto ao fogo sagrado, que assentado sobre um altar deveria arder intermitentemente e, assim como a relação ritualística com os antepassados, necessitava de atenção constante, caso contrário maus acontecimentos recairiam sobre os membros de uma família. Assim, este fogo era visto também sob um aspecto divino, para o qual se dirigiam orações, súplicas, oferendas e até mesmo queixas (ibidem, pp. 19-20). Posteriormente este mesmo fogo sagrado, é antropomorfizado através da divindade Vesta, sob a qual há um aprofundamento por meio de sua relação com o estabelecimento de uma ordem moral (ibidem, p. 26).

Assim, através sobretudo dos elementos do culto aos antepassados e ao fogo sagrado que se estabelece a religião doméstica romana, cuja manutenção era realizada através do conceito restrito de família, uma vez que o culto a tais divindades era privado aos membros de uma linhagem familiar específica (ibidem, p. 28). Esta noção se sustenta pois considerar-se-ia impiedosa a relação de um indivíduo não pertencente à uma família com o fogo sagrado e os antepassados da mesma. As restrições se delimitavam através de ações mais genéricas como assistir à deposição de oferendas às divindades ou esbarrar, mesmo que por descuido, em um túmulo de uma família, até ações mais específicas como oferecer alimentos e bebidas aos antepassados de outrem. É claro que sanções poderiam ser aplicados a estes indivíduos alienígenas à tal família e aos membros que dela fazem parte, de modo que era então necessária a realização de “ações reparatórias” com vistas à expiação de falhas perante às divindades (ibidem, p. 29). Diante disso fica melhor elucidada a questão de que a base primeva da religiosidade romana era a propriedade privada, de modo a distanciar-se da vida pública (ibidem, pp. 32-33) – ainda que a existência de grupos sacerdotais como as vestais e templos destinados a cultos públicos tenham existido desde o período monárquico (BEARD, 2017, p. 103; LEÃO & BRANDÃO, 2015, p. 38).

É ponto focal que se entenda, no entanto, que a manutenção da religião doméstica é realizada somente por indivíduos do gênero masculino, uma vez que a religiosidade era um atributo herdado através de laços familiares geracionais. Isto pode ser entendido se pensarmos que ao nascer era imbuído a uma criança do gênero masculino – e exclusivamente masculino (DE COULANGES, 2004, p. 48) - o direito e a necessidade de prestação do culto aos antepassados e ao fogo sagrado. Este mesmo indivíduo, ao se tornar adulto, deveria então gerar prole masculina e instruí-la no que lhe fora instruído ao nascer; e quando morto, seria divinizado e receberia então o culto de seus descendentes (ibidem, pp. 33-34). De acordo com Fustel de Coulanges (ibidem) esta noção se justificava pois existia a noção de que somente o homem era responsável pela reprodução humana, desta forma, à mulher caberia somente o acesso à religiosidade doméstica por intermédio de uma figura masculina que realizava a sua tutela/tutoria (pai, marido, irmãos, filhos, dentre outros). Entretanto, esta ideia acerca da linhagem familiar ser transmitida somente através dos homens não se sustenta somente pela noção de integral responsabilidade masculina na geração de prole. Outros fatores como a força física dos homens e a afetividade entre um casal foram elencados por historiadores do direito romano com vistas ao entendimento da gênese e da “razão de ser” da instituição familiar, no entanto, não podendo sustentar este fenômeno pelos fatores supracitados, resta a explicação na transmissão do culto dos antepassados e do fogo sagrado (ibidem, pp. 36-37).

Com vistas à perenização da linhagem familiar, o casamento é considerada a primeira instituição estabelecida pela religiosidade doméstica (ibidem, p. 37). Moses Finley (2002, pp. 151-152) e Gourevitch & Raepsaet-Charlier (2005, pp. 81-82) por outro lado, não focalizam o aspecto religioso como base para a instituição do casamento, mas sim elementos de cunho econômico e social que tangem uma linhagem familiar, como a geração de filhos legítimos e o compromisso com a propriedade privada. À parte destes delineamentos pormenorizados, é necessário delinear que a mediação masculina na agência religiosa feminina era diretamente subordinada ao estabelecimento do casamento, de modo que, antes de se casar, uma menina participaria do culto doméstico aos antepassados que precediam seu pai (ou seu tio, por exemplo,

caso ocorresse a ausência do pai). No entanto, após o casamento - que deveria ocorrer para meninas provenientes de famílias da elite a partir dos doze anos de idade (GOUREVITCH & RAEPSAET-CHARLIER, 2005, p. 87) e para meninos a partir dos catorze (RAWSON, 2006, p. 334) - esta menina iria abandonar seu culto doméstico de origem e passaria a prestar culto aos ancestrais e ao fogo sagrado inculcados na linhagem da família de seu marido, sendo assim entendida também como “filha do marido, *filiae loco*” (DE COULANGES, 2004, p. 42). Isto se justifica pois um mesmo indivíduo não poderia realizar o culto doméstico à linhagens familiares diferentes ao mesmo tempo (ibidem, p. 38).

Esta instituição religiosa do casamento, capaz de gerar uma prole legítima (ibidem, pp. 46-47), é conhecida como *confarreatio*, e foi bastante considerada para as famílias patrícias mais tradicionais. No entanto, o direito romano também iria reconhecer outras modalidades de casamento denominadas *usus* e *coemptio*, as quais não possuíam o mesmo destaque religioso que a primeira. Sarah Pomeroy (1994, p. 204) aponta que nas classes altas havia nos casamentos uma maior inclinação política e de estabelecimento de alianças – o que poderíamos entender que estava subordinado pela religião -, já nas classes mais baixas este sentido era menos atenuado ou nulo, podendo ser mais plausível a ideia da afetividade. A *confarreatio* era dividida em três etapas: *traditio*, momento no qual o pai de uma jovem cessa os laços da mesma com seu lar e autoriza seu pretendente a ter sua tutela (FANTHAM *et al*, 1994, pp. 227-228) - elemento de relação próxima com a manutenção da exogamia em LERNER (2020, p. 77 e 262) ; *deductio in domum*, a condução da mulher à casa de seu pretendente e a simulação de seu arrebatamento pelo mesmo – que pode fazer alusão ao episódio do “Rapto das sabinas” como visto anteriormente -; por fim, a *confarreatio* em si, na qual a esposa é apresentada aos ancestrais e ao fogo sagrado de seu marido, faz com ele oferendas, recita preces, votos e consome o *panis farreus* (DE COULANGES, 2004, pp. 41-42). Por conta do caráter fundamental religioso do casamento, caso fosse necessário, o divórcio era facilmente realizado para os casos de *usus* e *coemptio*, no entanto, no que tange a *confarreatio* havia a ideia de indissolubilidade, sendo o desenlace (*difarreatio*) também um rito religioso realizado em casos extremos, no qual a

mulher renunciava ao culto doméstico da linhagem de seu marido e todas demais consequências que assim se sucederiam (ibidem, p. 43).

Duas questões que “agridem” a continuidade de uma linhagem familiar foram profundamente condenadas: a ausência do casamento, ou celibato, e a esterilidade feminina, que é, inclusive, motivação pertinente à realização da *difarreatio* (ibidem, p. 91). Ambas agressões à instituição familiar, tocavam, pelo que pôde ser visto, na questão nevrálgica da relação com o culto doméstico, pois assim não se poderia garantir a manutenção e continuidade de oferendas (ibidem, p. 46). Sobre a esterilidade feminina – e é importante que se reifique seu caráter específico - Fustel de Coulanges (ibidem, pp. 47-48) nos aponta que possivelmente tenha sido caracterizada mais como obrigação do que direito no que tange à dissolução matrimonial. Se falamos de esterilidade masculina, não se era possível realizar divórcio, de modo que o tutor - irmão ou parente – denominado pelo marido seria apontado para a geração de prole, cuja *potestas* haveria de estar contida nas mãos do marido estéril (ibidem, p. 48). Neste sentido, e tendo por única razão a não extinção de uma linhagem familiar, a adoção de um indivíduo do gênero masculino era considerado o recurso derradeiro para aqueles que não obtiveram sucesso na geração de prole (ibidem, p. 50). Por fim, é importante que se percebam duas questões: a adoção não poderia ocorrer se antes não houvesse uma emancipação do indivíduo a ser adotado de seu lar antigo (ibidem, p. 52), e conseqüentemente de sua religião doméstica, pois como visto, não se pode participar de cultos religiosos distintos ao mesmo tempo. Ademais, impedir a adoção para aquelas famílias necessitadas poderia ser entendido como um ato impiedoso a ser evitado.

A noção do culto doméstico e da instituição familiar para os romanos estão diretamente ligados ao conceito de propriedade privada (ibidem, p. 58). Esta correlação, para além de poder ser passível de compreensão através das estritas ideias religiosas que foram supracitadas, podem também ser perspectivadas pelo viés das manipulações do território. Dentro e fora de uma casa foram estabelecidos e erigidos elementos delimitadores do espaço privado de uma família com vistas a se diferenciarem das demais. No interior de um abrigo doméstico fazia-se questão de separar fisicamente o altar das divindades e o

fogo sagrado de modo que pessoas externas à uma linhagem familiar não pudessem ter contato com os mesmos. A ideia da contiguidade de paredes de casas não poderia ser concebida, uma vez que foram estabelecidas leis que determinavam o distanciamento mínimo necessário de modo que a propriedade privada, e os deuses domésticos, sobretudo, pudessem ser respeitados (ibidem, pp. 59-60). Fora do abrigo doméstico, mas no limite do território que ocupava uma propriedade privada, instalavam-se os *termini*, que de acordo com Fustel de Coulanges (ibidem, pp. 64-65) poderiam ser grandes rochas ou troncos de árvores que eram subordinadas a rituais, que passando a ocupar o espaço dos deuses domésticos, garantiriam a soberania da propriedade privada. Aos indivíduos alheios à linhagem familiar que erigira aquela marca na paisagem e nela interferissem estariam cometendo impiedade e seriam passíveis de malefícios (ibidem, p. 66). De maneira correlata ao fogo sagrado que foi antropomorfizado como a deusa Vesta (ibidem, p. 26), os *termini* também o foram através do deus Término.

Em virtude do estabelecimento da propriedade privada através da religião, assim também o foi com o direito de sucessão, que conseqüentemente haveria de ocorrer somente entre indivíduos do gênero masculino (ibidem, p. 70). Pelo menos até o estabelecimento da Lei Das Doze Tábuas no ano de 451 a.C. a propriedade privada era inalienável e indivisível, sendo que após o estabelecimento de tais instrumentos legais ocorreu progressivamente uma atenuação destas determinações. Apesar disso a religiosidade ainda se mostra soberana, uma vez que sendo um determinado espaço vendido ou dividido entre indivíduos, o mesmo deveria ser subordinado à etapas ritualísticas como a emancipação. Outrossim, vetadas eram estas ações se direcionarmos o olhar para o sepultamento de ancestrais, de modo que seus descendentes ainda possuíam o direito – e dever - de prestar culto no local que inicialmente fora determinado (ibidem, p. 68). O espaço ocupado pelas mulheres no direito de sucessão é bastante incerto e assim como as demais instituições do direito privado sustentadas pela religiosidade são alvo de variações durante a história romana. No entanto, aquilo que se acredita para os estabelecimentos mais primordiais das instituições de Roma, em tese a mulher não herdava devido ao seu “não-lugar” em uma linhagem familiar; esta situação haveria de ser diferente

em casos muito específicos nos quais, como visto anteriormente, as mulheres seriam mediadas e tuteladas por outros homens (ibidem, p. 76). Como exemplo, em uma situação na qual um pai não pudesse gerar filhos do gênero masculino – tampouco por adoção – mas tivesse filhas mulheres, à elas não poderia ser legado nenhum patrimônio senão por meio de testamento – instituição incerta que a princípio parece ser uma antítese à inerente noção religiosa de continuidade da linhagem familiar (ibidem, pp. 79-81) -, ademais somente poderia obter uma parcela do mesmo, jamais em integralidade (ibidem, pp. 73-74). No mesmo caso, não tendo havido, no entanto, testamento, esta mesma filha deveria compulsoriamente se casar com o herdeiro mais próximo de seu pai – normalmente um tio – e se já estivesse casada haveria de desenlaçar com seu esposo para cumprir este estabelecimento (ibidem, p. 75).

Diante deste genérico panorama da gênese da família romana e de suas instituições, podemos ter alguns vislumbres sobre as relações de gênero construídas no seio desta sociedade. Foi possível perceber que a figura do patriarca (*paterfamilias*), ainda que pareça ocupar o mais alto posto hierárquico, está subordinada aos estabelecimentos da religiosidade doméstica; é esta que, por sua vez, dá àquele o poder em subsequência (ibidem, p. 86). A palavra *pater*, por mais que aparente estabelecer um sentido de procriação geracional, contrasta com a noção legítima de continuidade familiar por meio do culto aos ancestrais e faz sentido na sua relação com o domínio sobre outrem (ibidem, pp. 89-90) - ao poder específico do *pater* sobre a *mater*, seus filhos (FANTHAM *et al*, 1994, pp. 227-228) e servos, era dado o nome de *manus* (DE COULANGES, 2004, p. 87) -. Moses Finley (2002, p. 149) sintetiza bem a relação deste poderio com a instituição familiar em:

‘Family’ comes from the Latin, but the Romans actually had no word for ‘family’ in our commonest sense [...] In different contexts *familia* meant all persons under the authority of the head of a household, or all the descendants from a common ancestor, or all one’s property, or merely all one’s servants - never our intimate family. This does not mean that the latter did not exist in Rome, but that the stress was on a power structure rather than on biology or intimacy [...]

Assume-se assim o patriarca como o juiz ou o “único magistrado” doméstico, uma vez que a ele não se equiparava o poder de decisão sobre nenhum assunto por aqueles que estavam vivos (DE COULANGES, 2004, pp. 93-94; RAWSON,

2006, pp. 327-328). À mulher que tivesse contraído matrimônio com o *pater* cabia o título de *materfamilias* – ostentado pela mesma somente durante o tempo em que seu marido estivesse vivo (DE COULANGES, 2004, p. 94) –. Fadada seria a ocupar um espaço deslocado e mediado durante sua vida – antes e após o casamento – (FINLEY, 2002, p. 149) sendo alijada de participação no conceito religioso de linhagem familiar e de divinização de ancestrais (DE COULANGES, 2004, p. 94). Ainda que de maneira capciosa - e depois da delongada exposição de tudo o que foi dito - a não existência da mulher no culto doméstico o torna incompleto e insuficiente (ibidem, p. 99), no entanto, a família não foi a única estrutura social na qual o papel das mulheres se mostra antitético e paradoxal, sendo possível perceber a agência feminina em outras sendas da sociedade romana.

### **3 A HETEROGENEIDADE DAS CONFORMAÇÕES SOCIAIS NAS COMUNIDADES CÉLTICAS E SUA INFLUÊNCIA NOS ESTATUTOS FEMININOS**

De modo a compreender os papéis das mulheres nas sociedades célticas e de que forma isto foi entendido pelos romanos – os quais inclusive apresentam intrinsecamente divergências e aproximações -, faz-se importante pontuar novamente sobre a heterogeneidade das conformações sociais que cada uma das comunidades célticas apresentou. Logo, seria errôneo assumir um único modelo social que sintetizasse a complexidade apresentada por estes grupos, o que deve se aplicar também aos estatutos femininos. Ademais, como já foi visto, as primeiras balizas cronológicas que apresentam as culturas arqueológicas relativas aos povos célticos, nomeadamente Hallstatt A e B, centram-se na Idade do Bronze Tardia. Após isto, Hallstatt C e D estão inseridas na I Idade do Ferro, e são seguidas pela cultura arqueológica de La Tène e o período das “Migrações”, que para além da II Idade do Ferro, tangem o contato direto com o mundo romano. Ora, seria incauto e ingênuo entender estas comunidades célticas como estanques durante todo este desenvolvimento temporal, tanto por seus aspectos de desenvolvimento intracomunitário quanto com relação a grupos étnicos externos. Desta forma, é importante reiterar que, apesar da relevância em compreender as dinâmicas sociais referentes às balizas cronológicas da Idade do Bronze Tardia e da I Idade do Ferro, o presente trabalho se dispõe a estreitar o olhar analítico para as comunidades célticas do período das Migrações, o final de Hallstatt D e o “mundo” de La Tène.

John Haywood (2009, p. 42) assume que no início do período de La Tène a organização social mais expressiva para os povos célticos se dava através de clãs. No seio destes, a linhagem e a herança familiar determinavam o espaço ocupado pelos sujeitos ou grupos de indivíduos, de modo que aqueles os quais compartilhavam uma maior proximidade com o membro fundador de uma comunidade, ocupavam um lugar de destaque no interior da mesma (ibidem, pp. 42-43). É importante notar que estariam incluídos neste clãs não somente as linhagens familiares em um sentido geracional e sanguíneo, mas também clientes e indivíduos escravizados e até mesmo outros clãs (HAYWOOD, 2009,

p. 43; JAMES, 1998, p. 53). Os romanos nomeavam essas estruturas sociais clânicas de *pagi* - por possuírem um preponderante apelo territorial em seu fator identitário -, e ao ajuntamento dos *pagi*, as unidades tribais (JAMES, 1998, p. 53). Ademais, ainda que se entenda a estrutura clânica como subordinada à certas formas hierárquicas, John Haywood (2009, p. 42) indica que o grau de hierarquização social estaria subordinado à questões ambientais e de acesso a recursos. Para exemplificar esta situação, compara as comunidades da fachada atlântica da Grã-Bretanha e Irlanda - com menos acesso a recursos e portanto, menos hierarquizadas - com comunidades da Europa Continental e Sudeste da Grã-Bretanha - mais "ricas" em recursos e mais hierarquizadas.

Outro fator que também é costumeiramente elencado nas conformações da heterogeneidade social dos povos célticos se centra na sua "proximidade" ou "marginalidade" com os povos do Mediterrâneo. John Haywood (ibidem, p. 45) fala sobre magistraturas para os *aedui* - cujos titulares teriam sido denominados vergobretos (OLIVIERI, 2014, pp. 26-27) - além de instrumentos políticos que garantissem o veto ao nepotismo para este cargo. Para os *nervi* fala-se sobre o papel de um rei e um "senador" cujo papel consultivo lhe era dado dentre 300 membros da aristocracia. Não é difícil notar no entanto, que estas percepções muito se assemelham a modelos políticos presentes nas sociedade do Mediterrâneo, e à parte da possibilidade de sua existência e influência a partir de contatos interétnicos, devem ser vistas com cautela, uma vez que foram interpretadas - e muito possivelmente generalizadas - por indivíduos externos a estas comunidades, como é o caso de Júlio César (CUNLIFFE, 2018, p. 234).

Os grupos célticos também mantinham sua dinâmica de coesão social através da guerra e dos laços de clientela, desta forma é possível entender as aristocracias como elites guerreiras. Neste sentido as perspectivas dos autores gregos e romanos variam entre os extremos do "nobre selvagem" e do inimigo bárbaro e perigoso (JAMES, 1998, p. 52). É sobretudo do período de interesse, a partir das "Migrações", que o papel das lideranças em suas empreitadas expansionistas demarcam a importância do status guerreiro detentor de butins mas também do líder formador de laços de clientela e hospitalidade - de forma intersubjetiva mas também intertribal (CUNLIFFE, 2018, p. 235). Desta forma, os

rituais de comensalidade e os banquetes ocupam um espaço de destaque pois geram-se as relações de obrigatoriedade nas prestações de serviço (HAYWOOD, 2009, p. 43) mas também da ostentação do poder através de bens materiais e de consumo, como em um *potlatch* extremo em termos violentos com a finalidade de adquirir e ostentar esses bens (CUNLIFFE, 2018, p. 233).

No que tange às dinâmicas ligadas ao gênero nas sociedades célticas – o que de acordo com Simon James (1998, p. 52) seja a mais fundamental divisão no interior das sociedades – é de costume generalizado entender que as mulheres célticas pertencentes às aristocracias possuíam uma agência em diversos campos da sociedade mais ativa se fizermos uma comparação com as mulheres coetâneas europeias (ELLIS, 1996, p. 15) mediterrânicas (ALDHOUSE-GREEN, 2016, p. 1022; HAYWOOD, 2009, p. 43) – sobretudo as gregas e romanas (CUNLIFFE, 2018, p. 236; JAMES, 1998, p. 52 e 66; PEIXOTO, 2018, pp. 103-104). Apesar das possíveis indicações que corroboram com esta visão, se faz necessário entender os papéis femininos de maneiras mais microfocalizadas, uma vez que a heterogeneidade das composições socioculturais entre os povos célticos era marcante (ELLIS, 1996, p. 16). Isto se justifica também pois estas analogias entre mulheres célticas e gregas e romanas fixa imagens inertes para estas últimas (ibidem, p. 18), o que tem passado com certa frequência por releituras que se dispõem a indicar o contrário (PEIXOTO, 2018, pp. 103-104). Ainda que seja de maneira generalizada assumir que em todos os grupos célticos havia uma dominância masculina (HAYWOOD, 2009, pp. 43-44; JAMES, 1998, p. 52) e apesar de já há muito tempo ter sido utilizada a nomenclatura de sociedades patriarcais aos mesmos grupos – de certa maneira justificada, de acordo com Pedro Peixoto (2018, p. 99) se tomarmos em conta as hipóteses que são levantadas de sociedades célticas terem sido “matriarcais” (HAYWOOD, 2009, p. 44; NIXON, 1994, pp. 12-13) – a escolha de assim as definir acaba por ser algo reducionista que soçobra a relevância das agências femininas nessas mesmas comunidades (PEIXOTO, 2018, p. 104).

### 3.1 NÃO HÁ UNISSONIDADE: A AGÊNCIA FEMININA CÉLTICA NOS AUTORES DA IDADE ANTIGA

O registro dos autores clássicos sobre homens e mulheres célticos tange elementos de variados espectros como características físicas e materiais acerca do corpo e de seus tratamentos e modificações, mas também em suas conexões com características psicológicas e subjetivas. Da primeira “esfera” são passíveis de percepção as generalizações pois, se para autores gregos e romanos: “[...] the continental celts were striking in appearance, because of their great height, blond or reddish hair and pale complexions” (JAMES, 1998, p. 64); por outro lado, a Arqueologia e a análise de remanescentes humanos demonstram uma proximidade de características físicas de outros grupos étnicos com os quais conviveram (HAYWOOD, 2009, p. 50). No que tange às modificações dos corpos dos homens – mas não somente em alguns dos seguintes casos - são citadas questões referentes a pelos e cabelos, ademais é indicada a preocupação com a manutenção da massa corpórea. Isto, em adição a elementos de indumentária e adorno – como os famosos torques, que possivelmente possuíam um caráter simbólico ligado às aristocracias bastante inclinado (ELLIS, 1996, p. 179; HAYWOOD, 2009, p. 50; JAMES, 1998, p. 65), são vistos pelos romanos como algo excessivamente vaidoso (ELLIS, 1996, pp. 172-173 e 175-176) e até mesmo “efeminado” (JAMES, 1998, p. 64). Estrabão associa este “infantil” gosto excessivo pela decoração à características de traço psicológico ligadas à “franqueza” e ao seu “alto astral” (ibidem, p. 181, tradução nossa). Apesar disso, a manutenção destas características de expressão de gênero são diretamente associadas a noção do bárbaro através do estabelecimento das alteridades (JAMES, 1998, p. 64).

Figura 13: Conjunto de torques em ouro e prata escavados de um contexto céltico da Britânia.



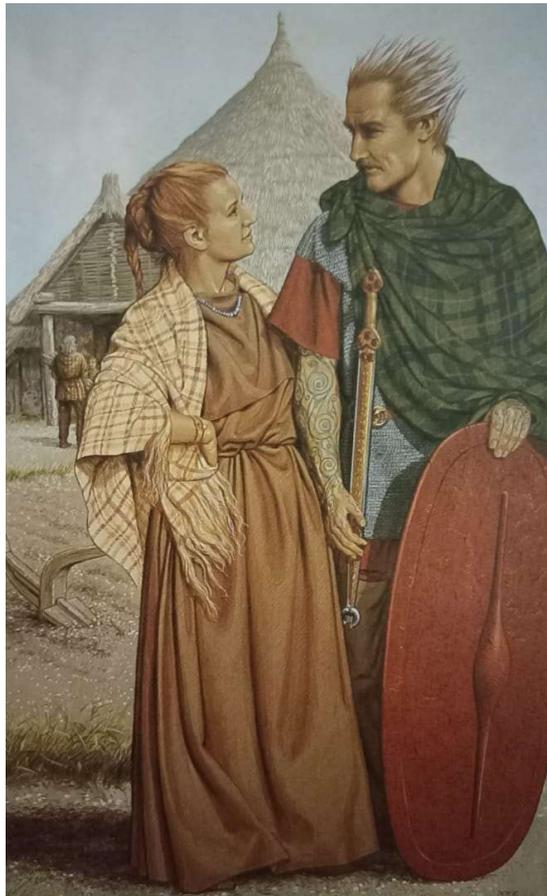
Fonte: JAMES, 1998, p. 108

No que tange às mulheres, as fontes clássicas normalmente as apresentam com características ligadas à beleza, fecundidade e coragem – atributos muito próximos às características direcionadas aos próprios homens célticos – no entanto a promiscuidade é um elemento com tendência às mulheres, de acordo com Júlio César, por exemplo (CUNLIFFE, 2018, p. 236; JAMES, 1998, p. 66). É interessante pensarmos que possivelmente esta última das características possa ser explicada pelas dinâmicas de identidades e do não reconhecimento das mesmas, de modo que os romanos tomavam como ponto de partida a noção sobre o estatuto feminino das romanas para compreender as mulheres célticas (ALDHOUSE-GREEN, 2016, p. 1008). Em conjunção com a questão da promiscuidade, junta-se a ideia da possibilidade de manutenção de mais de um marido, como em uma poliandria, entretanto esta hipótese se equilibra com o estatuto masculino mais uma vez, por também ter havido a possibilidade de existência de poliginia (JAMES, 1998, p. 66). O que no entanto nos atenta sobre a dominação dos corpos femininos – assim como em Roma (FANTHAM *et al*, 1994, p. 225) – centra-se na exogamia feminina com vistas à formação de laços políticos (LERNER, 2020, p. 77 e 262) e como forma de manter prisioneiros em caso de conflitos, o que é registrado através de relações entre os *aedui* e os *helvetii* (CUNLIFFE, 2018, p. 237; JAMES, 1998, p. 66).

Quanto ao casamento, costuma-se assumir que a igualdade de direitos entre os gêneros nas sociedades célticas era melhor garantida se tomarmos em

comparação o direito romano (*ibidem*). Ainda que estas observações tivessem sido feitas em um período tardio da República quando maiores direitos femininos haviam sido garantidos, é importante rememorar sobretudo que as “ondas de conservadorismo” quanto à garantia desses direitos em Roma foi bastante inconstante, bastando lembrarmos do “retorno aos padrões morais antigos” durante a época imperial (GOUREVITCH & RAEPSAET-CHARLIER, 2005, p. 101). Em termos de direitos matrimoniais, Júlio César (ALDHOUSE-GREEN, 2016, p. 1009) indica que havia a divisão total de bens entre os envolvidos – inclusive partilha de dote masculino junto ao feminino (ALDHOUSE-GREEN, 2016, p. 1017), de modo que após a morte de uma das partes, à outra seria garantido o legado. Em junção a isso, foram levantadas hipóteses que assumem uma maior relevância da linhagem feminina nas relações familiares, as evidências para tal são no entanto insuficientes, ainda que se pressuponha que esta importância à hereditariedade feminina, se comparada com a instituição familiar romana (DE COULANGES, 2004, p. 76), seja pungente (JAMES, 1998, p. 66). Se por um lado Júlio César relate sobre estas questões que podem nos indicar uma maior igualdade dos gêneros nas relações matrimoniais, por outro lado diz também sobre o poder masculino sobre a vida de sua esposa e seus filhos (ALDHOUSE-GREEN, 2016, pp. 1017-1018), tendo, se preciso, o direito de executá-los (CUNLIFFE, 2018, p. 237). Assim como as demais afirmações do então governador da Gália Transalpina devem ser tomadas com cuidado (*ibidem*) pois são geralmente baseadas em uma relação entre identidades e alteridades, neste caso específico sobre o direito masculino a decidir sobre a vida de sua esposa e filhos, temos possivelmente uma ressonância de identidades. Isto ocorre porque, os estabelecimentos legais de época monárquica e republicana indicavam também este direito aos romanos, no entanto o julgamento de historiadores e juristas acerca de tal é suspeito e descrente de sua aplicação, tanto por questões religiosas quanto por interesses demográficos (DE COULANGES, 2005, p. 94).

Figura 14: “Lugar comum” de representação de uma mulher e homem casados em sociedades célticas. Neste caso seria uma “construção” imagética sobre bretões.



Fonte: JAMES, 1998, p. 65

A analogia que é feita entre as mulheres gregas e romanas por um lado, e as célticas por outro, também se dá na sua participação nas mais variadas searas sociais, como a economia e trabalho, política, guerra e religiosidade. As fontes que nos proporcionam estas perspectivas sobre as mulheres célticas são divididas pelos registros de autores gregos e romanos mas também pela cultura material arqueológica. No que tange à economia, por exemplo, as mulheres teriam maior participação na produção de cerâmica em comparação com os homens (JAMES, 1998, p. 66), além da tecelagem e agricultura, pois havia uma maior atuação no trabalho da terra que os homens (ibidem, p. 54) tendo, de acordo com John Haywood (2009, p. 51), relevância no processamento de grãos, que, por exigirem movimentos repetitivos, causaram osteoartrite da espinha neste indivíduos. Ainda no campo do trabalho, é relatada sua participação em negócios como farmácias e fornecimento de vinho (ALDHOUSE-GREEN, 2016, pp. 1007-1008), na enfermagem (JAMES, 1998, p. 54) e na “medicina” (muito

interseccionada com as questões mágicas e espirituais) (ALDHOUSE-GREEN, 2016, pp. 1007-1008).

No âmbito da religiosidade são passíveis de uma perspectiva de olhares heterogêneos, pois alguns papéis como videntes, “feiticeiras” e sacerdotisas são mais bem sustentados pelos registros escritos e cultura material arqueológica; porém, a atuação da mulher como druidesa é menos acertada (PITILLAS SALAÑER, 2017, p. 198). Miranda Aldhouse-Green (2016, p. 1016) indica que a atuação de mulheres mais marginalizadas como “feiticeiras” – o que claramente indica uma conotação mágico-religiosa, mas quiçá atuação também econômica através de “venda de serviços” – atuaram pelo menos na Gália e na Grã-Bretanha da Idade do Ferro e após o contato com romanos. Sepultamentos ou demais sítios arqueológicos que contem tabuletas de imprecação em chumbo (*defixione*) podem apresentar características epigráficas em língua gaulesa – inclusive nomes de mulheres - associados à estas “feiticeiras”.

As videntes podem possuir certa correlação com as feiticeiras produtoras de *defixione* (ibidem) mas não se limitam a tal. Já de um tempo mais avançado, durante o governo de Vespasiano (69-79), o historiador Tácito nos aponta a vidente Veleda dos *ebructi* (ibidem, p. 1009; PITILLAS SALAÑER, 2017, pp. 204-205), cujo nome, de origem céltica, podia indicar um indivíduo em específico ou a própria noção de “vidente” (ELLIS, 1996, p. 93). À parte desta questão, a descrição de Tácito é de uma mulher cujo poderio era excepcional em seu território, tanto por suas habilidades como vidente – de modo que fora inclusive venerada - quanto por sua disposição política, tendo sido uma importante mediadora em tempos de guerra (ALDHOUSE-GREEN, 2016, p. 1019, ELLIS, 1996, pp. 93-94). Seu estatuto excepcional se complementa porém, de maneira paradoxal através do olhar do historiador que a descreve, pois ocupava um espaço de poder sem possuir filhos, celibatária e com uma vida sexual inativa – sendo em alguns casos considerada virgem (ELLIS, 1996, p. 93). Próximas à excepcionalidade de Veleda, as videntes e mais do que isso, sacerdotisas dos *cimbri*, descritas anteriormente por Estrabão, podem nos indicar interessantes perspectivas sobre as percepções de gênero (ALDHOUSE-GREEN, 2016, p. 1018). O espaço de excepcionalidade destas sacerdotisas se dava através da

sua sapiência, idade avançada e uso de espadas – um marcador de gênero muito inculcado aos homens naquela altura -. Possuíam um status à margem das demais mulheres, de modo que a autora (ibidem) levanta a hipótese de que poderiam estar incluídas em um grupo que extrapolava as noções de gênero – um “terceiro gênero- ou mesmo que fossem vistas como assexuadas.

Ainda com relação à sacerdotisas, Plutarco, que assim como Tácito realizou seus registros mais posteriormente em época imperial, nos relata sobre uma sacerdotisa céltica da deusa Ártemis proveniente da Galácia: Camma (ELLIS, 1996, p. 83). Ainda que Plutarco seja o único historiador a tê-la registrado e narrado parte de sua história – o que nos atenta para a “historicidade” do relato – sua figura, assim como Lucrécia (RAWSON, 2006, p. 326), foi tomada como modelo de fidelidade. Isto se justifica pois era esposa de um chefe político, Sinatos, que foi morto por outro chefe, Sinorix, tendo em seguida esposado Camma forçosamente. Esta, tendo a oportunidade, envenenou o líquido que deveria ser compartilhado por ambos: tomou parte do mesmo antes de Sinorix para não levantar suspeitas; este seguiu-a e ambos morreram (ibidem). Estrabão nos relata sobre a existência de sacerdotisas de uma divindade assemelhada a Baco na desembocadura do rio Loire, na Gália, que foram nomeadas *namnites*. O interessante de seu relato gira em torno da possibilidade das sacerdotisas gaulesas contraírem matrimônio, e nesta situação, apresentarem independência de seus consortes (ELLIS, 1996, p. 95). Em suma, Simon James (1998, p. 90) aponta a existência de sacerdotisas pelo menos nos contextos da Galácia e da Gália – como supracitados – e para a Britânia, as sacerdotisas resistentes à dominação romana do século I na ilha de Anglesey (PITILLAS SALAÑER, 2017, pp. 200-201). No entanto, nesta mesma situação as sacerdotisas estiveram ao lado de druidas do gênero masculino, de modo que permanece uma incerteza quanto ao possível espaço das mulheres como druidesas. Pelo menos do período da Idade do Ferro não constam registros que atestem a existência de druidesas, no entanto, o relato do historiador Flávio Vopisco no século III faz menção à uma proveniente da região da Gália. Em um momento no qual não eram mais relatadas atividade de druidas – sobretudo como produto das perseguições sofridas durante a dinastia Júlio-Claudiana (OLIVIERI, 2014, p. 95) –, esta druidesa realiza vaticínios relacionados à guerra para o então oficial do

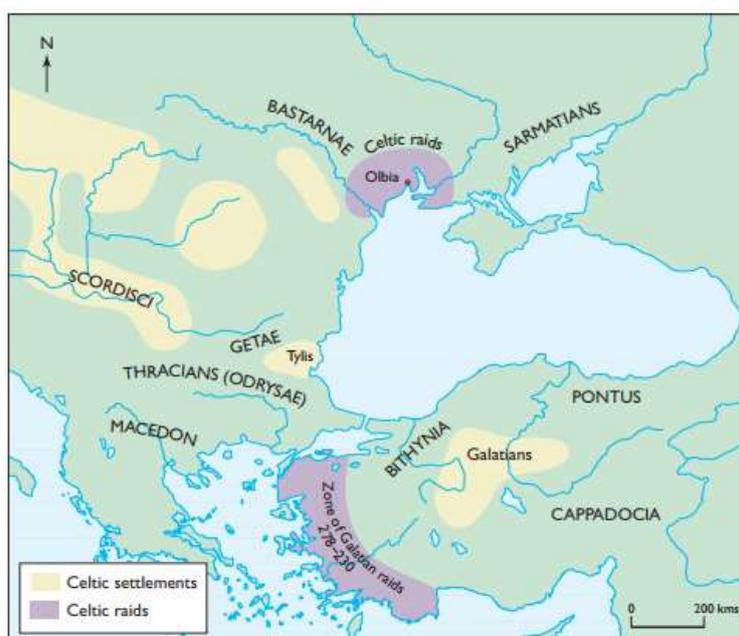
exército romano Diocleciano (PITILLAS SALAÑER, 2017, p. 205; OLIVIERI, p. 73).

Assim como Camma, que além de sacerdotisa era casada com um dirigente político e possivelmente também se envolvia com as questões desta seara, possuímos o registro de outras mulheres que desempenharam relevante poder na política e no meio militar, sobretudo se falamos de indivíduos pertencentes às elites (JAMES, 1998, p. 67). É preciso notar, no entanto, que as imagens desta tipologia de poder feminino nas sociedades célticas talvez estejam bastante distantes da moderna figura construída das amazonas portadoras de espadas (CUNLIFFE, 2018, p. 15; JAMES, 1998, p. 67). Ainda que mulheres frequentassem campos de batalha (JAMES, 1998, p. 67), talvez pudessem ter atuado como mercenárias e temos o exemplo único de Boudicca empunhando armas (JAMES, 1998, p. 96), suas atuações em termos políticos haveriam de estar mais atreladas às questões de liderança, manutenção da ordem política, aspectos decisórios e menos à militarização.

Talvez o registro mais antigo de mulheres célticas em um cenário político ocupando justamente um papel decisório seja a partir de Plutarco no século IV a.C., narrando sobre uma intervenção restritiva à possibilidade de guerra entre comunidades célticas da Gália Cisalpina (ibidem, p. 67). Outro relato ainda do século IV a.C. faz referência às movimentações demográficas dos grupos célticos em direção ao Sudeste europeu e à figura de Onomaris. Esta liderou os *scordisci* contra povos ocupantes da Ilíria e se estabeleceu em Sigidunum, onde hoje é Belgrado (ELLIS, 1996, p. 80). Apesar de ter liderado uma comunidade em seu estabelecimento territorial e em conflitos, não é possível dizer se Onomaris literalmente empunhou armas. É do ano de 231 a.C. que emerge na região da costa da Ilíria uma figura feminina de poder que, no entanto, ainda gera questionamentos sobre a validade de sua caracterização étnica como céltica: a rainha Teuta. Apesar da possível inculcação deste critério identitário ser artificial (ibidem, p. 81), foi visto que movimentações de grupos célticos já ocorriam na região da costa da Ilíria – vide a liderança de Onomaris –, o que certamente gerou um processo de etnogênese entre os ilírios autóctones e os povos célticos migrantes para a região desde pelo menos o século IV a.C. Teuta é registrada

pelos romanos como viúva do rei Agron, que passou a centralizar o poder de alguns clãs em uma capital – a atual Kotor - e era auxiliada por um “conselho administrativo” de chefes (ibidem, pp. 80-81). Políbio descreve seu destaque no posto de líder político e militar contra o Reino do Épiro, os gregos e por fim os romanos, apesar de indicar sua fraqueza e petulância femininas (ibidem, p. 81). Por fim, ainda no século III a.C., mas no interior da Galácia, existe a rainha Chiomara, do grupo étnico dos *tolistobogii*. Plutarco relata que Políbio tivera a oportunidade de conhecê-la em Sardis, ocasião na qual julgou-a portadora de elevada inteligência. Ortagion era rei e esposo de Chiomara, e uniu outros grupos célticos da Galácia contra uma investida romana em 189 a.C. liderada pelo cônsul Gnaeus Manlio Volso. Este, tendo obtido um movimento de sucesso, fez alguns prisioneiros, dentre os quais Chiomara que foi alvo de investidas de um centurião que estuprou-a. Sabendo da origem da rainha, o centurião exigiu pagamento para o rei de modo a resgatar sua esposa, o que de imediato lhe foi concedido. Nesta ocasião, enquanto contava o ouro, Chiomara decapitou-o e deu a Ortagion a cabeça de seu violentador (ibidem, p. 82). Simon James (1998, p. 66) aponta que Chiomara representa características marcantes nas mulheres célticas provenientes das elites: orgulho, honra e moralidade.

Figura 15: Configuração do Sudestes europeu durante o período da “Migrações”



8.2 Map to illustrate the principal areas of Celtic settlement in eastern Europe and Asia Minor and the neighbouring political or tribal entities.

Fonte: CUNLIFFE, 2018, p. 196

Ainda que tenhamos estes substantivos exemplos de mulheres em posição de poder político e militar advindos das fontes escritas, existe uma certa tendência a fixar e reduzir estas imagens nos exemplos provenientes da Britânia, sobretudo Boudicca e Cartimandua (ALDHOUSE-GREEN, 2016, pp. 1019-1020; ELLIS, 1996, p. 83). A primeira destas conseguiu no ano de 60 ou 61 unir sob seu comando não somente a sua comunidade dos *iceni*, mas também grupos étnicos vizinhos como os *trinovanti* e *coritani* contra a investida romana - na figura do governador Gaius Suetonius Paulinus - que anexara parte da região sudeste da Britânia (BÉLO, 2017a, p. 178; ELLIS, 1996, pp. 15-16; 87-88). Tais Pagoto Bélo (2017b, p. 192) nos diz:

Essa reação da rainha guerreira aconteceu depois que um oficial romano viu a morte de seu marido como uma oportunidade de adquirir glória, exigindo dela as terras de sua tribo. A negação desse pedido por ela resultou no episódio em que suas filhas foram violentadas e ela açoitada pelo inimigo.

Não temos conhecimento de representações materiais da imagem de Boudicca provenientes da Antiguidade (ALDHOUSE-GREEN, 2016, p. 1021), assim, o conhecimento sobre a mesma advem das compreensões de Tácito, em suas obras “Anais” e “A vida de Agrícola, mas também posteriormente com Dião Cássio (c. 155-229), em sua obra “História de Roma”. Suas percepções baseiam-se na antítese das mulheres romanas: Boudicca é uma figura “masculinizada”, com elevadas estatura e voz, agressiva, hostil e portadora de armas (ibidem; BÉLO, 2017a, p. 178). A indicação de haver uma variação entre ter sido considerada como “[...] poderosa e quase invencível líder guerreira” (ALDHOUSE-GREEN, 2016, p. 1021, tradução nossa) ou “[...] incapaz de liderar um exército” (BÉLO, 2017a, p. 178) demonstra que a dinâmica de percepção da personagem pelos romanos poderia ser variável desde sua excepcionalidade até uma reação fóbica à mesma.

Cartimandua teve seu encontro com os romanos em 51 a.C., quando entregou a estes o líder de um movimento céltico intertribal contrário ao domínio romano, Caratacus. Nesta ocasião, era rainha de um agrupamento de comunidades célticas denominadas brigantes (ELLIS, 1996, p. 83). No entanto este contato se deu pois há algum tempo Cartimandua tivera algumas discussões com seu esposo, o rei Venutius. Para superar a disputa com o

mesmo, solicitou o auxílio do exército romano que concedeu o requisitado. Poucos anos depois novamente há uma instabilidade política entre Cartimandua e Venutius, no entanto agora, divorciada deste, une-se maritalmente a Vellocatius, o escudeiro do rei (ALDHOUSE-GREEN, 2016, p. 1020). Cartimandua solicita novamente o auxílio de Roma mas é evacuada do seu território, restando Roma em disputa com Venutius (idem, p. 84). A rainha tem sua história marcada por promiscuidade (JAMES, 1998, p. 66) traição, adultério e consequentemente imoralidade aos olhos de Tácito através de seus “Anais” (ibidem; BÉLO, 2017a, pp. 178-179), ponto no qual se diferencia de Boudicca (ALDHOUSE-GREEN, 2016, p. 1021; HINGLEY & UNWIN, 2005; BELO, 2014 apud BÉLO, 2017a, p. 179). É salutar pensarmos, no entanto, nas “lentes” que puderam produzir estes discursos sobre Cartimandua, uma vez que a severidade romana quanto ao adultério (DE COULANGES, 2005, p. 98) – sobretudo, é claro, se tratarmos do ponto de vista feminino – esteja deslocada da possível perspectiva dos povos célticos sobre poliandria e poliginia (JAMES, 1998, p. 66).

Permanece em aberto um questionamento que justifique o porquê deste comportamento que focaliza excessivamente as mulheres célticas da Britânia em comparação às demais figuras advindas da Europa Continental. Simon James (1998, p. 67) e Barry Cunliffe (2018, p. 237) aproximam hipóteses que contextualizam estas mulheres no cenário bastante turbulento da anexação provincial da Britânia pelo Império Romano. O último dos autores (ibidem) acrescenta a possibilidade de que esse foco possa indicar uma tendência que outrora fora mais disseminada, tomando como justificativa as permanências das figuras femininas de poder na literatura céltica insular a posteriori. Por outro lado, Miranda Aldhouse-Green (2016, p. 1009) e Tais Pagoto Bélo (2017a, p. 177) podem dar-nos algum ponto de reflexão que parte da construção das imagens de Boudicca e Cartimandua a partir da especificidade de Tácito. Ainda que este fosse membro de uma rede social imperial, nutria um sentimento de repugnância com relação à falta de moralidade e à corrupção pública que via nesta mesma rede. Neste sentido, inculcava nos povos bárbaros um ideário incólume ao fruto de suas críticas: o do “nobre selvagem”. Por fim poderíamos pensar também que esta justificativa se dá na relevância que as construções coletivas acerca do Passado no que tange à fixação da imagem específica das mulheres célticas

britânicas em posições de poder (BÉLO, 2017b, p. 205). Quiçá a seleção destas “heroínas” – em especial Boudicca – tenha superado a memória coletiva dos britânicos e atingido as assunções das produções acadêmicas.

### 3.2 O EXERCÍCIO DO PODER NAS INSTITUIÇÕES MUSEAIS: ENTRE AS FONTES ESCRITAS E A CULTURA MATERIAL ARQUEOLÓGICA

Para além dos registos escritos advindos da Antiguidade sobre a agência feminina em muitas sendas sociais das comunidades célticas, a cultura material arqueológica – como inclusivamente já foi parcialmente visto – também nos permite lançar interpretações sobre os mesmos sujeitos. Nos estudos de gênero acerca das mulheres célticas – pelo menos no que tange à Idade do Ferro – existe uma recorrência de investigação dos contextos arqueológicos nos quais estes elementos da cultura material estão inseridos: nomeadamente os contextos funerários (PEIXOTO, 2018, p. 102). Talvez isso possa ser justificado se nos lembrarmos sobre as mudanças ocorridas com o desenrolar do tempo, o que pode ser demarcado com elementos que distinguem as expressões culturais de Hallstatt, depois a de La Tène e o período de expansão romana e interação com os povos célticos. John Haywood (2009, p. 52) nos aponta:

[...] A prática de Hallstatt, de sepulturas com mamoas, foi abandonada pelos Celtas de La Tène, em favor do enterramento em cemitérios e sepulturas planas. Desde o século II a.C., a prática da cremação foi-se gradualmente espalhando pela maior parte do mundo celta, embora não a todas zonas das Ilhas Britânicas. Os enterros celtas, no continente europeu, começaram a escassear após 150 a.C., indicando talvez outra mudança nos costumes funerários. Os mortos podem ter sido guardados por exposição ou outro qualquer método, que não deixou vestígios na terra.

Apesar destas generalizações, Venceslas Kruta (1989, p. 89 e 92) afirma que, pelo menos na Europa Centro-Oriental, sepulturas de indivíduos do gênero feminino do período cronológico de La Tène – excetuam-se as sepulturas com carro - exprimem maiores diferenças sociais que as masculinas por conta justamente da riqueza dos bens materiais funerários que as acompanham, sobretudo adornos pessoais. Existem algumas tendências e “figuras” que são recorrentemente suscitadas para caracterizar o cenário (PEIXOTO, 2018, p. 102): em especial a “Dama de Vix” (ALDHOUSE-GREEN, 2016, pp. 1011-1012; ARNOLD, 2012 e 2016; CUNLIFFE, 2018, pp. 118-119; ELLIS, 1996, pp. 76-77; GRAN-AYMERICH, 2000; JAMES, 1998, pp. 22-23 e 67; PEIXOTO, 2018, p. 102; VERGER, 2009) o sepultamento de Waldalgesheim (CUNLIFFE, 2018, pp. 49-50; JAMES, 1998, p. 67); a “Princesa de Reinheim” (ibidem, p. 69; PETIT & SCHAUB, 1995, pp. 93-97) e a inumação com carro de Wetwang Slack

(ALDHOUSE-GREEN, 2016, pp. 1012-1013; JAMES, 1998, p. 68; ELLIS, 1996, p. 77). A construção dos discursos que se faz sobre esses sepultamentos se vale da cultura material para levantar perspectivas que tangem a esfera da agência destes indivíduos sepultados em sua rede social. Sendo destarte importante reiterar que esta seleção de amostragens para a Arqueologia incide sobre grupos de elite com elevado prestígio e estatuto social.

Podemos entender a Arqueologia como: “[..] a disciplina que investiga a emergência, a manutenção e a transformação dos sistemas socioculturais através dos tempos, por meio da cultura material por eles produzida” (LIMA, 2011, p. 12). O estudo dos elementos da cultura material não é objeto de análise exclusivo da disciplina arqueológica (BITTENCOURT, 2011, p. 30; LIMA, 2011, p. 12), no entanto esta interseção basal com a Arqueologia se justifica pois na maior parte das vezes não contamos com os grupos sociais que produziram tais elementos de modo a garantir sua participação na geração de compreensões e discursos interpretativos (ibidem). Nos enquadramentos cronológicos da denominada “Pré-História” a cultura material é a única fonte de informações que pode nos auxiliar na construção de narrativas; já nos contextos da Proto-História e da Antiguidade as fontes materiais coexistem com as fontes escritas. No entanto, como já pôde ser visto, no que tange à maior parte das informações escritas acerca dos povos célticos, existe a relação de alteridade que embasa a visão daqueles responsáveis por tal registro, nomeadamente homens gregos e romanos (FUNARI, 2006, p. 97).

A utilização da cultura material como unidade de análise para a compreensão das sociedades já fora utilizada desde a Antiguidade por historiadores como Heródoto, Tucídides e Salústio, sendo que foi por vezes mais relevante que os registros escritos (ibidem, p. 84). Entretanto, com o desenvolvimento da área disciplinar da História na Modernidade a partir da Filologia, houve uma valorização destes últimos em relação aos primeiros. A disciplina se torna sinônimo de registro escrito, o que embasou por exemplo, a cunhagem do termo “Pré-História” como um período cronológico que não se enquadra na História por não haver escrita (ibidem, pp. 83-84). Outro produto desta tendência disciplinar é a percepção de que a Arqueologia – também uma

disciplina fruto da Modernidade – se uniria à História unicamente como forma auxiliar de manutenção dos discursos construídos por esta última (ibidem, p. 84). Tratando-se da bibliografia sobre História de Grécia e Roma, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1983, p. 103) percebe três tipos de posturas que relacionam as fontes escritas à cultura material. A primeira delas centra-se na simples marginalização e supressão dos elementos materiais no horizonte histórico (ibidem, p. 104). Em seguida, como na indicação dada por Funari (2006, p. 84), a tendência mais frequente utiliza a cultura material de maneira instrumental de modo a complementar o discurso histórico através de corroboração ou negação, sobretudo nos casos de propostas de datação daquilo que nos é legado (MENESES, 1983, pp. 104-105). Por fim, a última tendência pode ser vista também como uma forma de “aparelhar” a cultura material de forma a fortalecer o discurso histórico, no entanto, desta sorte de modo “ilustrativo” e “didático”, com vistas à facilitação e materialização de uma narrativa pouco concreta (ibidem, p. 105).

José Neves Bittencourt (2011, p. 27 e 32) conceitualiza a ideia de cultura material partindo de sua noção mais “tosca” como sinônimo de artefatos cujo apelo se finda no utilitarismo para o ser humano (TILLEY, 2012, pp. 69-70). No entanto amplia este horizonte inserindo-a como uma parcela física e artificial (MENESES, 1983, pp. 108-109) do mundo, subordinada ao fruto do pensamento humano enquadrado em fenômenos de recorrência cultural. Pelo mesmo viés, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (ibidem, p. 112) entende a cultura material como:

[...]aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais.

Manuelina Cândido (2018, p. 80) reafirma o conceito de cultura material partindo das premissas de que o campo da cultura, tanja as coletividades sociais e suas produções repetidas – ainda que os casos de análise entre a relação da cultura material e de indivíduos particulares exista e apresente elementos que conotem suas particularidades, estas são, claro, subordinados a padrões coletivos (MENESES, 1983, p. 114) -, aproximando-se da ideia de cotidianidade. Ademais, retoma a questão da característica concreta das relações sociais através da ideia

das infraestruturas, o que de acordo com a mesma e outros autores (BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 25) pode causar alguns problemas de análise. Isto ocorre uma vez que esta não deve se encerrar nos aspectos intrínsecos destes produtos, realizando somente produções descritivas. É mister levar em conta também outras cargas de significados ali presentes como as relações sociais e de trabalho que as produziram.

Esta relação entre seres humanos e elementos físicos não deve ser entendida de maneira vertical, assumindo um e outro agente desta relação de forma binária como “criador e criatura”. Esta dinâmica pode ser melhor entendida por um vetor horizontal, no qual os elementos envolvidos possam ser perspectivados a partir de princípios relacionais diversos (VELASQUEZ & MILLER, 2015, p. 379). Este processo pode ser entendido como “objetificação”, ou seja, tanto um produtor de um bem material, quanto o bem produzido, estão misturados em uma teia de relações de interferência mútua (MENESES, 1983, pp. 112-113; VELASQUEZ & MILLER, 2015, p. 378). Desta forma, apesar da disciplina arqueológica contar em seu desenvolvimento com inúmeras vertentes com pressupostos específicos, existe a consideração de “uma página virada” para a cultura material:

[...] o seu entendimento como um reflexo passivo de sistemas socioculturais. A cultura material é produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante (LIMA, 2011, p. 21)

Assim, a partir desta outra perspectiva sobre cultura material arqueológica, se torna mais relacional entendermos as disputas acerca das construções de discurso sobre a mesma na Contemporaneidade através dos processos de patrimonialização (BAPTISTA DA SILVA, 2011, p. 9), sobretudo se tomarmos como ponto de partida o desenvolvimento proximal entre a disciplina de Arqueologia e os museus.

No século XIX, com a verve da disciplina histórica de resgatar e publicizar registros advindos da Antiguidade, houve a necessidade de elaboração das instituições que se dispunham a salvaguarda estes documentos (FUNARI, 2006, p. 85). Para além dos arquivos, existia também a necessidade do

estabelecimento de outras instituições que se prestassem a salvaguardar elementos da cultura material arqueológica, por exemplo aqueles vestígios advindos dos sítios arqueológicos de Pompeia e Herculano que já haviam passado por investigações arqueológicas desde o século XVIII (ibidem). É neste sentido que a cultura material arqueológica – mas não somente, uma vez que outras disciplinas como a Geologia, a Antropologia e a Zoologia também se manifestavam com um inclinado desenvolvimento cujas investigações resultavam na coleta de espécimes da cultura material - vai ao encontro da criação dos museus para que sua salvaguarda fosse garantida (CÂNDIDO, 2014, p. 76). De fato, outras ações direcionadas ao tratamento da informação passíveis de serem extraídas de tais elementos de cultura material foram também realizadas no seio das instituições museais, como a classificação, catalogação e publicização de tais objetos. Ainda que a “devolutiva social” (ibidem) tenha sido uma função das instituições museais que passou por mudanças no que tange à comunicação com os públicos – pois neste momento tal noção era direcionada aos grupos pertencentes às elites sociais – há uma mudança de paradigmas quanto ao entendimento da natureza da cultura material arqueológica. De “antiguidades e artefatos artísticos” (FUNARI, 2006, pp. 85-86) detidos por colecionadores particulares, a inserção de tais bens nas instituições museais se direciona ao seu entendimento a partir de um caráter científico e coletivo (ibidem).

De acordo com José Neves Bittencourt (2011, pp. 30-31) o discurso e as dinâmicas comunicacionais nas instituições museais podem ser assim entendidos: “[...] o observador é colocado diante de um enorme arquivo sobre ‘o outro’, numa relação paradoxal entre distância-proximidade, que caracteriza a convivência de seres humanos (não importa se indivíduos ou coletividades).” A cultura material se coloca então em seu espaço mediador, uma vez que nela é inculcada a capacidade de indicar os sujeitos e possibilitar a criação de discursos sobre os mesmos, uma vez que, de acordo com o mesmo autor (ibidem, p. 36): “[...] Um artefato diz muito sobre seu possuidor, na medida em que a ambos – possuidor e artefato – são atribuídos significados que os ultrapassam.” Em conformação com os estudos arqueológicos sobre os elementos da cultura material, é preocupação central e responsabilidade da Museologia gerir os

elementos que compõem as narrativas acerca dos objetos. Podemos entender esta como a função social da disciplina: a comunicação e democratização patrimonial (CÂNDIDO, 2014, p. 77). A construção dos elementos de comunicação patrimonial são subordinados, portanto, às escolhas que se colocam distantes de uma hipotética neutralidade de discursos. Há verdadeiros processos de negociação e renegociação que atendem às reivindicações sociais de origem e natureza diversas, o que nos leva a pensar sobre a dinâmica política do patrimônio cultural.

Se estas concepções nos parecem hoje muito bem estabelecidas para a Museologia e a Arqueologia (ibidem, p. 78), é no entanto importante elucidar as contribuições das vertentes Pós-Processualistas para a última destas disciplinas, uma vez que até pelo menos a década de 80 os estudos da cultura material eram vistos de maneira não problematizada. Entretanto, a partir de tal período cronológico, influências conceituais pós-estruturalistas, marxistas e semióticas contribuem sobremaneira para a percepção da cultura material na Arqueologia (LIMA, 2011, p. 18). Os estudiosos pós-processualistas lançavam críticas ao determinismo universal de cultura sustentados por adeptos da vertente Processualista – logo, as autodenominações “Pós-Processuais” elaboradas em contraposição às tendências “Processuais” -. Os primeiros atentavam-se para a necessidade de se entender a cultura material de maneira contextual, sem conteúdos inerentes e genéricos em sua concepção (ibidem). Estas cargas de significantes seriam, portanto, construídas por aqueles que se debruçam em estudá-la no presente com perspectivas de futuro (TILLEY, 2012, p. 67; 73), sendo impossível desvincular-se das informações apriorísticas destes agentes. É neste sentido que as escolhas narrativas construídas pelas instituições museais se valem das contribuições de estudiosos em Arqueologia para garantir a comunicação de uma agenda política específica (CÂNDIDO, 2014, pp. 80-81; TILLEY, 2012, p. 74) – ainda que a cultura material seja, claro, passível das mais distintas apreensões interpretativas (LIMA, 2011, p. 19), uma vez que possuem possibilidades de percepções polissêmicas (TILLEY, 2012, p. 72). Para as vertentes Pós-Processuais, a percepção microfocalizada dos contextos arqueológicos e da cultura material a eles relacionada tange também perspectivas mais focadas nos sujeitos e em suas contribuições para os

aspectos culturais das coletividades. Estes sujeitos, através de escolhas ideologicamente determinadas, são responsáveis por gerar as influências de diversidade na cultura material e serem por estas influenciados (ibidem), como na relação que foi anteriormente denominada como “objetificação” (CÂNDIDO, 2018, pp. 78-79; MENESES, 1983, pp. 112-113; VELASQUEZ & MILLER, 2015, p. 378).

### 3.3 NARRAR SOBRE O PASSADO: UMA CONDIÇÃO PRESSUPOSTA PELAS AGENDAS DO PRESENTE

Para Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1983, p. 116) os contextos funerários arqueológicos e a cultura material a eles referentes foram os objetos de estudo da Arqueologia em seu mais primevo desenvolvimento; juntamente a isto, acresce-se a influência histórica e filológica na disciplina, que se materializava na investigação das inscrições epigráficas (FUNARI, 2006, p. 88). No entanto, as perspectivas relacionais entre os contextos funerários se ampliaram, de modo que, em detrimento aos estudos antigos que baseavam suas proposições na excepcionalidade dos achados, as contribuições contemporâneas os colocam em uma situação relacional com os aspectos de um contexto social mais amplo (MENESES, 1983, p. 116). Nesta toada, configura-se uma dinâmica de análise social a partir das regularidades históricas, sustentadas, em nosso caso, através das repetibilidades dos elementos de cultura material. Assim, figuras de grande vulto histórico, como líderes e dirigentes políticos, passaram a ser percebidas a partir das suas relações com outros membros das elites mas também com os grupos sociais de trabalhadores (FUNARI, 2006, pp. 89-90).

A Arqueologia, assim como demais disciplinas científicas inauguradas no século XIX, possuem como ideário de sustentação a tônica Iluminista de superioridade racionalista da Ciência e da Técnica (DA SILVA, 2004, p. 351). O campo de estudo da Pré-História teve, sobretudo, grande foco de análise no século XIX, uma vez que a verve Iluminista propiciava o substrato intelectual e metodológico para contrastar com os discursos bíblicos generalizados cristãos sobre a gênese humana e a vida na Terra (DINIZ, 2006, p. 38). A crença nos conceitos racionalistas da Ciência era projetada por perfis de grupos sociais específicos, nomeadamente “europeus, burgueses, colonialistas, brancos, machos e cristãos” (DA SILVA, 2004, p. 352), os quais teriam como alvo o “desenvolvimento civilizacional”, cuja antítese se apresentava através de um “estado de barbárie” que hipoteticamente se assentava até então (ibidem, pp. 351-352). Tais agentes que realizaram a construção deste padrão narrativo na Arqueologia - que se buscava ser generalista e, portanto, colonialista

(WICHERS, 2017, p. 37) - pôde ser materializado através de imagens, linguagens, no ensino da disciplina arqueológica e nos museus (DÍAZ-ANDREU, 2005, p. 18).

Aos elementos não passíveis de serem incluídos nos grupos que detinham o poder do discurso científico, tampouco nos padrões universalistas propostos por estes indivíduos, passariam então, por um processo de subordinação ou apagamento (WICHERS, 2017, p. 38). Dentre tais indivíduos constaram as mulheres – muito em função da sua não percepção como agente de produção cultural no âmbito da Pré-História (DINIZ, 2006, p. 43) – no entanto, é importante indicar que, à parte da generalizada opressão alvejada em tais indivíduos, seus diferentes espaços ocupados no interior de contextos específicos são imprescindíveis de serem analisados. Isto é, devem ser levados em conta dados baseados na “interseccionalidade entre gênero, sexualidade, raça, classe, idade/geração, corporalidades, entre outros marcadores sociais da diferença” (WICHERS, 2017, p. 38), de modo a não tornarem reducionistas e soçobram heterogeneidades substanciais nos objetos de análise.

No século XX, entretanto, houve algumas instabilidades no campo das Ciências Humanas e Sociais a partir de críticas tecidas à validade das propostas discursivas Iluministas sob o pretexto de “verdades”. Serão a partir de então sugeridas novas perspectivas que abrangem uma maior possibilidade de epistemologias baseadas em ideias menos pretensiosas com o anseio por “fatos” e mais atentas à variedade de construções discursivas sobre os sujeitos, de uma maneira muito mais “[...] democrática, includente, revisionista [...]” (DA SILVA, 2004, p. 352). Assim, sobretudo a partir de 1960 (CARVALHO & FUNARI, 2009, p. 261), o perfil dos grupos sociais masculinos responsáveis pela gênese do discurso em Arqueologia e em outras disciplinas científicas do século XIX (DA SILVA, 2004, p. 352), passaria a ser criticado por disciplinas referentes à Pós-Modernidade. Em sequência, nos anos 70, a partir dos debates acerca do assunto das alteridades nos movimentos feministas e no ambiente universitário (BUARQUE DE HOLANDA, 1994, p. 8 apud DA SILVA, 2004, p. 353), eclodiria o campo de estudo da “História da Mulheres” e, posteriormente, os Estudos de Gênero.

Apesar deste desenvolvimento militante feminista e acadêmico nas décadas de 60 e 70 – tendo havido inclusive uma maior inserção de mulheres em postos profissionais acadêmicos neste período (DINIZ, 2006, p. 39) -, o espaço de agência feminina no âmbito da Arqueologia somente se fortaleceria a partir de 1990 (ibidem, p. 37). Anterior a isto, a construção das narrativas na disciplina arqueológica baseava-se no apagamento histórico e/ou historiográfico dos sujeitos femininos, o que de acordo com Mariana Diniz (ibidem, p.39 e 43) ocorreu em função da “neutralidade” científica estimulada pela vertente Processual. Apesar da obra “*Archaeology and the Study of Gender*”, realizada por Margaret Conkey e Janet Spector no ano de 1984 ser considerada uma referência inaugural para a discussão do assunto na senda da Arqueologia (DÍAZ-ANDREU, 2005, p. 16; DINIZ, 2006, p. 39; WICHERS, 2017, p. 40), e preceder por poucos anos a década de 90, somente neste último período o tema se estabelece nas discussões acadêmicas e é estimulado pelos meios editoriais (DINIZ, 2006, p. 39). Denunciam-se os vazios dos locais de agência feminina – mas não somente (ZARANKIN & SALERMO, 2009, p. 234) - nos discursos arqueológicos, que se materializavam em estereótipos que constituíam sobretudo as expectativas sobre o gênero feminino sustentadas pela dinâmica ideária dos homens que promoveram esses discursos (ibidem, p. 38; WICHERS, 2017, p. 40). É importante indicar, no entanto, que apesar do desenvolvimento da Arqueologia no decorrer dos séculos, o domínio dos discursos disciplinares independiam das vertentes arqueológicas seguidas por estes arqueólogos (DINIZ, 2006, p. 38).

Neste ponto, que se fala em Arqueologia de Gênero, é importante inseri-la no contexto de produção intelectual como um produto de influências com contornos específicos disciplinares a partir da História da Mulheres, dos Estudos de Gênero e de uma Arqueologia Feminista. A História das Mulheres foi responsável por inaugurar as discussões acerca da agência feminina nos fenômenos históricos, denunciando desta forma uma Historiografia androcêntrica e reducionista. No entanto as críticas à disciplina são tecidos pois alega-se que a inclusão destes sujeitos históricos não garantiu necessariamente espaços e condições, o que de acordo com Glaydson da Silva (2004, p. 354) explica a deletéria inserção desta agenda nos debates acadêmicos. Joan Scott

(1994, pp. 14-15) apud Da Silva (2004, p. 354) aponta que isolar as mulheres como objetos de estudo acabou por tornar ainda mais grave suas posições sociais como pertencentes a grupos marginalizados em contraposição aos homens. Desta forma os Estudos de Gênero refletiriam a partir desta característica “segregacionista” para explicitar a necessidade de análise sobre os sujeitos a partir de uma dinâmica relacional e interligada. Neste sentido, a homogeneidade de um hipotético grupo de mulheres seria colocada em debate para se perceberem as diversidades atinentes ao gênero feminino. Ademais, outros grupos minoritários marginalizados nas narrativas históricas foram colocados em evidência e entendidos a partir de suas variadas condições nas teias de relações sociais, levando em conta elementos como etnicidade, classe e educação, que passariam a compor a noção de gênero (DA SILVA, 2004, p. 355).

Além da conceptualização sobre a dinâmica relacional entre as variadas manifestações de gêneros nas sociedades, a produção intelectual mais recente advinda de movimentos feministas americanos entendem tal conceito como resultado das produções culturais que extrapolam as noções binárias de sexo biológico (ibidem; WICHERS, 2017, p. 41). De certa forma, unindo-se tais perspectivas sobre gênero, poder-se-ia sintetizar como uma ultrapassagem das interpretações sobre os sujeitos baseadas somente sobre informações de natureza biológica, sendo estas interferidas por caracteres culturais, colocando o gênero assim, em posição situacional (DA SILVA, p. 356). Estas noções de gênero, são, no entanto, analisadas e interpretadas de maneiras diferenciadas se tomarmos como ponto de partida a Arqueologia Feminista e uma Arqueologia de Gênero. Se a noção é cara à ambas as perspectivas, esta última se restringe à análise das noções de gênero no seio das sociedades, a primeira, no entanto, possui uma carga de crítica feminista de ciência (WICHERS, 2017, pp. 41-42) com foco claro nas mulheres (DÍAZ-ANDREU, 2005, p. 17). À parte disso, existem percepções sobre a dinâmica relacional entre tais vertentes como algo mais tênue, lançando a questão da denúncia à narrativa científica como androcêntrica em produções sobre Gênero e não necessariamente Feministas (DINIZ, 2006, p. 37 e 47).

Os casos supracitados de contextos funerários de mulheres célticas, cujas nomenclaturas são baseadas em topônimos – Vix, Waldalgesheim, Reinheim, Wetwang Slack – foram fruto de uma maioria de estudos que levaram em conta somente informações de cunho intrínseco e descritivo, não tendo sido uma constante a valorização dos aspectos sociais passíveis de percepção a partir da cultura material. No entanto, tendências disciplinares advindas das vertentes Pós-Processuais em Arqueologia, como os Estudos de Gênero, podem indicar novas contribuições para as “lacunas” informacionais observadas – o que pôde ser realizado, por exemplo, com análises da “Dama de Vix”, uma mulher entre os 33 e 37 anos (GRAN-AYMERICH, 2000, p. 111) cujos remanescentes ósseos e elementos de cultura material elencam os estudos de casos mais analisados da Pré-História, à parte somente de Ötzi (ARNOLD, 2012; 2016). Bettina Arnold (2012, pp. 216-217) é uma autora atenta às questões de gênero relacionadas ao caso da “Dama de Vix” e relata que teve com esta seu primeiro contato através de uma publicação que caracterizava tal indivíduo sepultado como um “homem travesti” (SPINDLER, 1983 apud ARNOLD, 2012, pp. 216-218). Ora, isto não ocasionaria necessariamente um problema se esta afirmação não tivesse sido feita por um viés pressuposto da inexistência de mulheres em situações de poder nas sociedades célticas da Idade do Ferro. A continuidade deste estudo possibilitou a autora perceber, no entanto, potencialidades em análises de contextos funerários que ultrapassam informações de cunho estritamente binário e biológico e atingem perspectivas sobre gênero (ibidem).

A autora denuncia que apesar de já desde as primeiras análises ósseas (DEPIERRE & DUDAY, 2003, p. 29 apud ARNOLD, 2012, pp. 217-218), e depois de ácido desoxirribonucleico (GINOLHAC *et alii*, 2003 apud ARNOLD, 2012, pp. 217-218), apontarem para sua caracterização biológica como referente ao sexo feminino, a dificuldade residia em enxergar uma mulher céltica como detentora de elevadíssimo poder. Esta resistência possui eco tanto no domínio acadêmico e científico masculino nos estudos da Idade de Ferro, quanto nas narrativas que foram – e são – criadas por estes agentes acerca de sociedades de tal período cronológico dominadas por elites guerreiras e lideradas por indivíduos do gênero masculino (ARNOLD, 2012, pp. 217-218). As análises de cunho biológico foram revisitadas não para que se questionasse novamente o sexo do indivíduo, mas

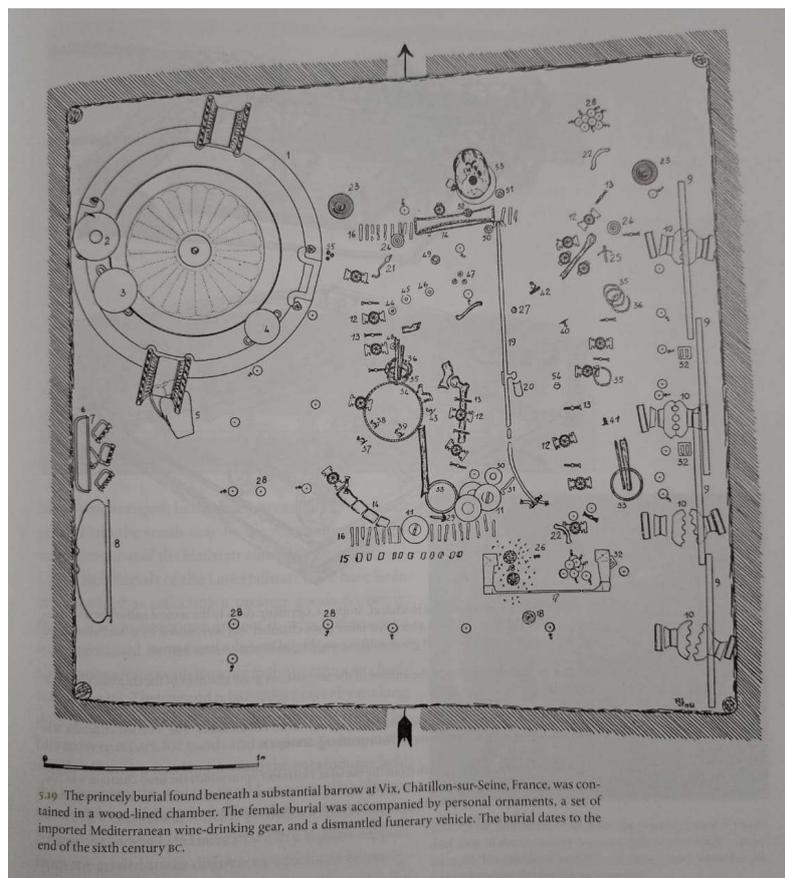
para que doenças que atingiram o mesmo durante sua vida pudessem justificar a sua eleição como um indivíduo de estatuto elevado (KNÜSEL, 2002 apud ARNOLD, 2012, pp. 218-219). Apesar desta hipótese ter sido refutada pois análises posteriores negaram que os dados paleopatológicos não seriam tão visíveis durante a vida do indivíduo quanto o são post-mortem (DEPIERRE & DUDAY, 2003, pp. 46-47 apud ARNOLD, 2012, pp. 218-219), a resistência sobre o alcance de uma mulher em posição de poder parece ter sido ainda um ponto de percepção incômoda.

No entanto, o caso da “Dama de Vix” é selecionado como um exemplo que provê perspectivas sobre a agência do poder feminino nas sociedades célticas da Idade do Ferro através do espólio funerário associado ao indivíduo em seu sepultamento. De acordo com Bettina Arnold (2012, pp. 220-221):

What makes the Vix grave significant is not the fact that this individual may have been a ritual practitioner or the fact that she happened to be female, but the fact that her grave contained the most impressive array of grave furniture and personal ornament found in any intact Iron Age burial in terms of the quality, quantity and origins of the objects; this feature of the grave cannot be explained solely on the basis of ritual power.

Próxima de um dos mais importantes povoados de altura referentes à cronologia de Hallstatt D (600-475 a.C.), o Monte Lassois - que por sua vez é localizado próximo às cabeceiras do rio Sena, na porção mais oriental da atual França –, a “Dama de Vix” pode ser considerada como o mais “rico exemplo” (GRAN-AYMERICH, 2000, p. 106) dos “enterramentos principescos” e caracteriza-se pelo elevado e variado quantitativo de espécimes da cultura material. Existe uma inclinada presença de “bens de luxo”, como artefatos em ouro, importações do Mediterrâneo e carruagens funerárias de quatro rodas (JAMES, 1998, p. 23). Ademais, justifica-se pensá-los como bens de elevado estatuto pois a presença destes espécimes importados estava concentrada em muito poucos contextos funerários, o que pode indicar que estiveram concentrados nas mãos de poucos membros da sociedade (ibidem, p. 24).

Figura 16: Planta baixa esquemática da tumba da “Dama de Vix”.



Fonte: CUNLIFFE, 2018, p. 119

No presente estudo existe um relevante elemento de adorno em ouro cujas características estilísticas e materiais exprimem um trabalho de características autóctone mas também com influência mediterrânica: o torque (GRAN-AYMERICH, 2000, pp. 108-109) (vide Figura 17). Este artefato, como já visto, possivelmente representava um elemento de expressão de elevado estatuto social entre as comunidades célticas (ELLIS, 1996, p. 179; HAYWOOD, 2009, p. 50; JAMES, 1998, p. 65), e configura uma das exceções, pois este tipo de adorno esteve muito restrito aos sepultamentos masculinos de acordo com Jean Gran-Aymerich (2000, p. 109). Não podendo assumir certamente sua origem territorial (JAMES, 1998, p. 23), este elemento atesta relações comerciais - ou seriam diplomáticas? (ibidem, p. 24) -, uma dinâmica de troca de influências culturais e de bens de prestígio entre os grupos sociais transalpinos e mediterrânicos, como gregos e etruscos. Produtos das relações entre tais comunidades concentram-se nos artefatos ligados ao vinho, no caso do sepultamento da “Dama de Vix”, o mais marcante é um *krater* em bronze (GRAN-

AYMERICH, 2000, p. 108) (artefatos utilizado para que se pudesse misturar vinho à água para assim se poder consumir) (vide Figura 18), o atualmente maior exemplo deste tipo que nos foi legado da Proto-História e da Antiguidade. Os rituais de comensalidade ou banquetes (ibidem) realizados se aproximaram do *symposium* grego (CUNLIFFE, 2018, p. 118) e marcadamente delineavam características exclusivas de ritos sociais das elites que garantiam um sistema de clientela, e sustentavam o ideário de uma elite guerreira, com a qual, certamente, a “Dama de Vix” teve relação.

Figura 17: Torque em ouro presente na tumba da “Dama de Vix”



Fonte: Musée du Pays Châtillonnais

Figura 18: *Krater* em bronze presente na tumba da “Dama de Vix”



Fonte: Musée du Pays Châtillonnais

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Trabalho de Conclusão de Curso “Podem as mulheres célticas serem e terem o espelho das romanas?” buscou compreender a noção que sustenta a criação das narrativas históricas sobre as mulheres célticas. Para isso lançou mão, sobretudo, de registros escritos realizados por autores masculinos romanos e gregos da Antiguidade e cultura material arqueológica referente à Proto-História e mais especificamente ao final da I e II Idades do Ferro europeias.

Foi possível perceber, no entanto, que como parte de um processo de construção ideária contínua, houve nos séculos seguintes tendências intelectuais e políticas que reafirmaram narrativas etnocêntricas advindas da Antiguidade, vide os fenômenos do “pan-celtismo” e da “celtomania” referentes à Idade Moderna. A partir do século XIX assiste-se ao desenvolvimento de disciplinas científicas como a História e a Arqueologia - e também a criação das instituições museais - cujas narrativas serão homogeneizadas por grupos masculinos de interseccionalidades muito restritas. Aqueles grupos de indivíduos não enquadrados nas propostas de compreensão generalizantes com pressupostos específicos de tais detentores do saber científico – como é o caso das mulheres -, se viram aliados da participação nas narrativas históricas.

Apesar disso, as fontes escritas da Antiguidade nos legaram uma relevante – e polissêmica - carga de conhecimento sobre os povos célticos que, à parte dos etnocentrismos incontornáveis presentes na escrita sobre “o outro”, também refletem traços que compõem as próprias identidades dos observadores. No entanto, é com o desenvolvimento científico da Arqueologia a partir do século XIX - que apesar de apresentar traços homogeneizantes na detenção e construção das narrativas sobre o Passado – que temos uma maior amplitude de fontes informacionais acerca das sociedades célticas, e que irão se condensar com os registros escritos por diversos vieses, para que narrativas pudessem ser construídas ou revisitadas. É importante que se indique para este período o estabelecimento das balizas cronológicas em Arqueologia, aqui com especial destaque para as Idades do Bronze e do Ferro a partir de métodos de análise do registro arqueológico e também de cronologias relativas. Ademais, as

investigações realizadas nos sítios arqueológicos de Hallstatt e La Tène, que darão nome às culturas arqueológicas referentes aos povos célticos.

Se é de interesse analisar os contatos diretos entre comunidades célticas e romanos, devemos nos reportar para o período das “Migrações” a partir do século V a.C. Nestas circunstâncias, grupos étnicos célticos advindos de regiões acima dos Alpes realizam migrações para diversas áreas do continente europeu, desde suas porções mais ocidentais, até as porções mais orientais. No entanto, foi necessário nos atermos às regiões das Gálias: a Cisalpina, primeiro território de contato entre romanos e povos célticos – que também realizaram interações com outros grupos itálicos como os etruscos – e a Transalpina, alcançada depois da dominação romana da Cisalpina. Neste arco temporal que vai do século V a.C. ao I a.C. é que lançamos mão da maior parte das referências romanas sobre os povos célticos, entretanto, como foi de interesse analisar sobretudo os registros que falam sobre as mulheres, houve necessidade de certa distensão das fontes de análise.

Para que essa investigação pudesse ser realizada, dever-se-ia compreender as noções romanas de expectativas sobre o gênero feminino – que pôde ser notado a partir não somente dos anseios masculinos mas também da própria corroboração feminina-. Ainda que o período das “Migrações” coincida com o período político da República romana foi realizada uma análise mais primeva, ainda referente ao período da Monarquia, para que pudesse se acessar estas relações de gênero. Para tal foram tomadas narrativas míticas da gênese e desenvolvimento de Roma e as noções de religiosidade doméstica, analisando qual o espaço e agência femininos nestas searas. Nos primeiros casos podemos perspectivar elementos que tangem o controle paternalista sobre os corpos femininos, a institucionalização de contratos sociais primordiais como o casamento e a sedimentação de expectativas sobre o gênero feminino como a pudicícia. Quanto às instituições religiosas domésticas e privadas, é de relevância apontar as lacunas de participação feminina, o que gerará consequências aquando da institucionalização de aparatos legais de natureza pública.

Por fim, o trabalho se dedicou a indicar os desenvolvimentos intelectuais, acadêmicos e políticos – como movimentos feministas – a partir sobretudo da segunda metade do século XX, que apontavam as problemáticas envolvidas nos discursos históricos e científicos advindos do século XIX e que ainda faziam eco na sociedade de então. O surgimento e desenvolvimento de disciplinas como História das Mulheres, Estudos de Gênero e suas interseções no campo das Arqueologias Pós-Processuais (Arqueologia Feminista e de Gênero) são exemplos dignos de qualificar inquietações em diversos âmbitos da sociedade, aqui com especial destaque sobre as construções narrativas do Passado no Presente. Estas propostas epistemológicas puderam ser aplicadas, por exemplo, em objetos de estudo já “consagrados” da Proto-História europeia, como é o caso dos contextos funerários de mulheres célticas pertencentes a grupos de elite. Se por um lado alguns exemplos como a “Dama de Vix” já foram extensamente investigados, as potencialidades acerca da cultura material arqueológica referente a este sujeito ainda não se cessou, uma vez que as aplicações de princípios teóricos e metodológicos dos Estudos de Gênero ainda são uma minoria de propostas.

## REFERÊNCIAS

ALDHOUSE-GREEN, Miranda. Viragos and virgins: women in the Celtic world. *In*: BUDIN, Stephanie Lynn; TURFA, Jean Macintosh (Org.) **Women in Antiquity**. London: Routledge, 2016, p. 1008-1026.

ARNOLD, Bettina. Belts vs. blades: the binary bind in Iron Age mortuary contexts in Southwest Germany. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 23, n. 3, p. 832-853, 2016.

ARNOLD, Bettina. The Vix Princess Redux: a retrospective on European Iron Age gender and mortuary studies. *In*: RUIZ, Clara López; CAMACHO, Javier Parra (Org.) **La arqueología funeraria desde una perspectiva de género**. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2012, p. 215-232.

BAPTISTA DA SILVA, Sergio. Repensando objetos, arte e cultura material. **Horizontes Antropológicos - Cultura material**, v. 1, 36. ed., 2011.

BEARD, Mary. **SPQR-Uma História Da Roma Antiga**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2017.

BÉLO, Tais Pagoto. A Britannia e suas mulheres. **Revista de Arqueologia**, v. 30, p. 176-192, 2017a.

BÉLO, Tais Pagoto. Boudica *desbravando o tempo*. **Revista de estudos filosóficos e históricos da Antiguidade**, n. 30, p. 191-215, 2017b.

BITTENCOURT, José Neves. Armas, Beleza e Computadores: a cultura material em algumas observações introdutórias. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, n. 1, p. 25-39, jan.-abr, 2011.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. *In*: **Enciclopédia Einaudi**, Lisboa: IN-CM, 1989, vol.16, p.11-47.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Cultura material: interfaces disciplinares da Arqueologia e da Museologia. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 18, n. 21, p. 75-90, 2014.

CARROLL, Maureen. Roman, Celts and Germans: The German Provinces of Rome. Gloucestershire: Tempus, 2005

CARVALHO, Aline V. de; FUNARI, Pedro P. Arqueologia de gênero e diversidade no contexto brasileiro. *In*: **Cenários regionais em arqueologia brasileira**, São Paulo/Porto Seguro: Annablume, 2009.

Collection Trésor de Vix. **Musee Vix**. 2021. Disponível em: <musee-vix.fr/fr/visite-collection/7>. Acesso em 14 dez. 2021.

CUNLIFFE, Barry. **The ancient celts**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

DA SILVA, Glaydson José. Gênero em questão-apontamentos para uma discussão teórica. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 5, n. 10, 2004.

DE COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

- DE SANT'ANNA, Henrique Modanez. **História da República romana**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2015.
- DÍAZ-ANDREU, Margarita. Arqueología y Género: una nueva síntesis. *In*: SÁNCHEZ ROMERO, Margarita (Ed.) **Arqueología y Género**. Granada: Univ. Granada, 2005, pp.13-51.
- DINIZ, Mariana. Para a história das mulheres na Pré-História: em torno de alguns atributos do discurso. **Promontoria, Revista do Departamento de História, Arqueologia e Patrimônio da Universidade do Algarve**, (4), p. 37-51, 2006.
- ELLIS, Peter Berresford. **Celtic women: women in Celtic society and literature**. Michigan: Eerdmans Publishing Company, 1996.
- FANTHAM, Elaine *et al.* **Women in the classical world: image and text**. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- FINLEY, Moses I. The silent women of Rome. Sexuality and Gender in the Classical World: Readings and Sources. *In*: MCCLURE, Laura K. (Org.) **Sexuality and Gender in the Classical World: reading and sources**. Oxford: Blackwell Publishers, 2002, p. 147-160.
- FUNARI, Pedro P. Fontes arqueológicas - os historiadores e a cultura material. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2006, p. 81-110.
- GRAN-AYMERICH, Jean. The tomb of Vix. **Les Dossiers d'archéologie**, n. 259, p. 106-111, 2000.
- GOUREVITCH, Danielle; RAEPSAET-CHARLIER, Marie-Thérèse. **A vida cotidiana da mulher na Roma Antiga**. Porto: Editora Livros do Brasil, 2005.
- HAYWOOD, John. **Os Celtas: da idade do bronze aos nossos dias**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- II Congresso Internazionale di Archeologia. **Biblioteca Sala Borsa**. 2021. Disponível em: <[bibliotecasalaborsa.it/cronologia/bologna/1871/2397](http://bibliotecasalaborsa.it/cronologia/bologna/1871/2397)>. Acesso em 14 set. 2021.
- JAMES, Simon. **Exploring the World of the Celts**. London: Thames and Hudson, 1998.
- KALIL, Luis Guilherme Assis; NAVARRETE LIÑARES, Federico. Hacia otras historias de América: nuevas miradas sobre el cambio cultural y las relaciones interétnicas. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 75, p. 321–325, 2017
- KRUTA, Venceslas. **Os celtas**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- LEÃO, Delfim; BRANDÃO, José Luís. As origens da urbe e o período da monarquia. *In*: BRANDÃO, José Luís; OLIVEIRA, Francisco de. **História de Roma Antiga I**. Das origens à morte de César. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 27 – 51, 2015.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Editora Cultrix, 2020.

- LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.- abr., 2011.
- LLOYD, Laing. **Celtic Britain**. London: Granada, 1981.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva - Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In: Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, p. 183-193, 2008.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **I Simpósio Nacional de História Antiga**. João Pessoa, p.103-117, 1983.
- NIXON, Lucia. Gender bias in archaeology. *In: ARCHER, Léonie J.; FISCHLER, Susan; WYKE, Maria (Ed.) Women in ancient societies*. London: Palgrave Macmillan, p. 1-23, 1994.
- OLIVIER, Laurent. **Le pays des celtes: Mémoires de la Gaule**. Paris: Éditions du Seuil, 2018.
- OLIVIERI, Filippo Lourenço. **Os druidas**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- PEIXOTO, Pedro Vieira. Identidade e gênero na Idade do Ferro: Uma reflexão do que tem sido feito e um plano para ação. **BRATHAIR (ONLINE)**, v. 18, p. 88-116, 2018.
- PITILLAS SALAÑER, Eduardo. Mujer y religión en los límites del mundo celta y germano en época romana (SS. I aC–III dC): Un breve apunte. **Espacio, tiempo y forma. Serie II, Historia antigua**, v. 27, p. 197-206, 2014.
- RAWSON, Beryl. Finding roman women. *In: ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert. A Companion to the Roman Republic*. London: Blackwell Publishers, p. 324-342, 2006.
- RENFREW, C.; BAHN, P. **Archaeology: theories, methods and practice**. London: Thames & Hudson, 2016.
- PETIT, Jean-Paul; SCHAUB, Jean. **Bliesbruck Reinheim: parc archéologique européen**. Ministère de la Culture et de la Francophonie: Imprimerie nationale Éditions, 1995.
- POMEROY, Sarah. **Goddesses, whores, wives, and slaves: Women in classical antiquity**. New York: Schocken, 1995.
- SAUTEREAU, François; JACQUET, Fred. **Contos e lendas do nascimento de Roma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- VERGER, Stéphane. La Dame de Vix: une défunte à personnalité multiple. *In: GUILAINE, Jean (Dir.), Sépultures et sociétés: du Néolithique à l'Histoire*, Paris: Editions Errance, p. 285-309, 2009.
- TILLEY, Christopher. Interpreting material culture. *In: PEARCE, Susan M. (Ed.) Interpreting objects and collections*. London: Routledge, 2012. p. 79-87.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

VELASQUEZ, Rafael; MILLER, Daniel. Trecos, Troços e coisas: Estudos antropológicos sobre a cultura material. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 38, p. 377-381, 2015.

WICHERS, Camila A. Narrativas arqueológicas e museológicas sob rasura: provocações feministas. **Revista de Arqueologia**, v. 30, n. 2, p. 35-50, 2017.

ZARANKIN, Andrés; SALERMO, Melisa Anabela. Sobre bonecas e carrinhos; desconstruindo as categorias “feminino” e “masculino” no passado. **Especiaria, Cadernos de Ciências Humanas**, v.11 e 12, n. 20 e 21, 2009.